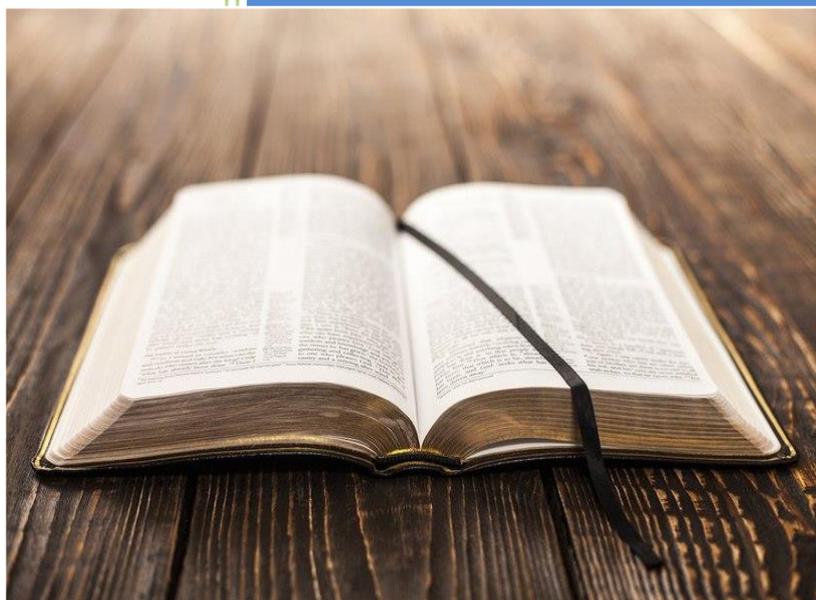


História das Religiões



Religião

Religião (do latim religio, -onis) é um conjunto de sistemas culturais e de crenças, além de visões de mundo, que estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seus próprios valores morais. Muitas religiões têm narrativas, símbolos, tradições e histórias sagradas que se destinam a dar sentido à vida ou explicar a sua origem e do universo. As religiões tendem a derivar a moralidade, a ética, as leis religiosas ou um estilo de vida preferido de suas ideias sobre o cosmos e a natureza humana.

A palavra religião é muitas vezes usada como sinônimo de fé ou sistema de crença, mas a religião difere da crença privada na medida em que tem um aspecto público. A maioria das religiões tem comportamentos organizados, incluindo hierarquias clericais, uma definição do que constitui a adesão ou filiação, congregações de leigos, reuniões regulares ou serviços para fins de veneração ou adoração de uma divindade ou para a oração, lugares (naturais ou arquitetônicos) e/ou escrituras sagradas para seus praticantes. A prática de uma religião pode também incluir sermões, comemoração das atividades de um deus ou deuses, sacrifícios, festivais, festas, transe, iniciações, serviços funerários, serviços matrimoniais, meditação, música, arte, dança, ou outros aspectos religiosos da cultura humana.

O desenvolvimento da religião assumiu diferentes formas em diferentes culturas. Algumas religiões colocam a tônica na crença, enquanto outras enfatizam a prática. Algumas religiões focam na experiência religiosa subjetiva do indivíduo, enquanto outras consideram as atividades da comunidade religiosa como mais importantes. Algumas religiões afirmam serem universais, acreditando que suas leis e cosmologia são válidas ou obrigatórias para todas as pessoas, enquanto outras se destinam a serem praticadas apenas por um grupo bem definido ou localizado. Em muitos lugares, a religião tem sido associada com instituições públicas, como educação, hospitais, família, governo e hierarquias políticas.

Alguns acadêmicos que estudam o assunto têm dividido as religiões em três categorias amplas: religiões mundiais, um termo que se refere à crenças transculturais e internacionais; religiões indígenas, que se refere a grupos religiosos menores, oriundos de uma cultura ou nação específica; e o novo movimento religioso, que refere-se a crenças recentemente desenvolvidas. Uma teoria acadêmica moderna sobre a religião, o construtivismo social, diz que a religião é um conceito moderno que sugere que toda a prática espiritual e adoração segue um modelo semelhante ao das religiões abraâmicas, como um sistema de orientação que ajuda a interpretar a realidade e definir os seres humanos e, assim, a religião, como um

conceito, tem sido aplicado de forma inadequada para culturas não-ocidentais que não são baseadas em tais sistemas ou em que estes sistemas são uma construção substancialmente mais comum.

Historicamente foram propostas várias etimologias para a origem de religio. Cícero, na sua obra *De natura deorum*, (45 a.C.) afirma que o termo se refere a *relegere*, *reler*, sendo característico das pessoas religiosas prestarem muita atenção a tudo o que se relacionava com os deuses, relendo as escrituras. Esta proposta etimológica sublinha o carácter repetitivo do fenómeno religioso, bem como o aspecto intelectual. Mais tarde, Lactâncio (século III e IV d.C.) rejeita a interpretação de Cícero e afirma que o termo vem de *religare*, 'religar', argumentando que a religião é um laço de piedade que serve para religar os seres humanos a Deus. No livro "A Cidade de Deus" Agostinho de Hipona (século IV d.C.) afirma que religio deriva de *relegere*, "reeleger". Através da religião a humanidade reelegia de novo a Deus, do qual se tinha separado. Mais tarde, na obra *De vera religione*, Agostinho retoma a interpretação de Lactâncio, que via em religio uma relação com "religar".

Macróbio (século V d.C.) considera que religio deriva de *relinquere*, 'deixar para trás'.

Segundo outras fontes, a raiz da palavra religião tem ligações com o -lig-, de 'diligente' ou 'inteligente', ou com le-, lec-, -lei, -leg- de "ler", "lecionar", "eleitor" e "eleger" respectivamente. o re- inicial é um prefixo que vem de red(i) "vir", "voltar" como em "reditivo" ou "reliquia"

A palavra "religião" foi usada durante séculos no contexto cultural da Europa, marcado pela presença do cristianismo que se apropriou do termo latino religio. Em outras civilizações não existe uma palavra equivalente. O hinduísmo antigo utilizava a palavra rita que apontava para a ordem cósmica do mundo, com a qual todos os seres deveriam estar harmonizados e que também se referia à correcta execução dos ritos pelos brâmanes. Mais tarde, o termo foi substituído por dharma, termo que atualmente é também usado pelo budismo e que exprime a ideia de uma lei divina e eterna. Rita relaciona-se também com a primeira manifestação humana de um sentimento religioso, a qual surgiu nos períodos Paleolítico e Neolítico, e que se expressava por um vínculo com a Terra e com a Natureza, os ciclos e a fertilidade. Nesse sentido, a adoração à Deusa mãe, à Mãe Terra ou Mãe Cósmica estabeleceu-se como a primeira religião humana. Em torno desse sentimento formaram-se sociedades matriarcais centradas na figura feminina e suas manifestações. Ainda entre os hindus destaca-se a deusa Kali ou A negra como símbolo desta Mãe cósmica. Cada uma das civilizações antigas representaria a Deusa, com denominações variadas: Têmis (Gregos), Nu Kua (China) e Tiamat (Babilônia). Segundo o mitologista Joseph Campbell a mudança de uma ideia original da Deusa

mãe identificada com a Natureza para um conceito de Deus deve-se aos hebreus e à organização patriarcal desta sociedade. O patriarcalismo formou-se a partir de dois eventos fundamentais: a atividade belicosa de pastoreio de gado bovino e caprino e às constantes perseguições religiosas que desencadeavam o nomadismo e a perda de identidade territorial. Herdado da cultura hebraica, patriarcado é uma palavra derivada do grego pater, e se refere a um território ou jurisdição governado por um patriarca; de onde a palavra pátria. Pátria relaciona-se ao conceito de país, do italiano paese, por sua vez originário do latim pagus, aldeia, donde também vem pagão. País, pátria, patriarcado e pagão tem a mesma raiz.

Independente da origem, o termo é adotado para designar qualquer conjunto de crenças e valores que compõem a fé de determinada pessoa ou conjunto de pessoas. Cada religião inspira certas normas e motiva certas práticas.

Existem termos que são ditos/escritos frequentemente no discurso religioso grego, romano, judeu e cristão. Entre eles estão: sacro e seus derivados (sacrar, sagrar, sacralizar, sacramentar, execrar), profano (profanar) e deus(es). O conceito desses termos varia bastante conforme a época e a religião de quem os emprega. Contudo, é possível ressaltar um mínimo comum à grande parte dos conceitos atribuídos aos termos.

Os religiosos gregos e romanos criam na existência de vários deuses; os judeus, muçulmanos e cristãos acreditam que há apenas uma divindade, um ser impossível de ser sentido pelos sensores humanos e que é capaz de provocar acontecimentos improváveis/impossíveis que podem favorecer ou prejudicar os homens. Para grande parte das religiões, as coisas e as ações se dividem entre sacras e profanas. Sacro é aquilo que mantém uma ligação/relação com o(s) deus(es). Frequentemente está relacionado ao conceito de moralidade. Profano é aquilo que não mantém nenhuma ligação com o(s) deus(es). Da mesma forma, para grande parte das religiões a imoralidade e o profano são correspondentes. Já o verbo "profanar" (tornar algo profano) é sempre tido como uma ação má pelos religiosos.

Dentro do que se define como religião podem-se encontrar muitas crenças e filosofias diferentes. As diversas religiões do mundo são de facto muito diferentes entre si. Porém ainda assim é possível estabelecer uma característica em comum entre todas elas. É facto que toda religião possui um sistema de crenças no sobrenatural, geralmente envolvendo divindades, deuses e demónios. As religiões costumam também possuir relatos sobre a origem do Universo, da Terra e do Homem, e o que acontece após a morte. A maior parte crê na vida após a morte.

A religião não é apenas um fenómeno individual, mas também um fenómeno social. Exemplos de doutrinas que exigem não só uma fé individual, mas

também adesão a um certo grupo social, são as doutrinas da Igreja Católica, do judaísmo, dos amish.

A ideia de "religião", com muita frequência, contempla a existência de seres superiores que teriam influência ou poder de determinação no destino humano. Esses seres são principalmente deuses, que ficam no topo de um sistema que pode incluir várias categorias: anjos, demônios, elementais, semideuses etc.

Outras definições mais amplas de religião dispensam a ideia de divindades e focalizam os papéis de desenvolvimento de valores morais, códigos de conduta e senso cooperativo em uma comunidade.

Ateísmo é a ausência de crença em qualquer tipo de deus, muitas vezes se contrapondo às religiões teístas. Agnosticismo é a postura filosófica que afirma ser impossível saber racionalmente sobre a existência ou inexistência de deuses e sobre a veracidade de qualquer religião teísta, por falta de provas favoráveis ou contrárias. Deísmo é a crença na existência de um Deus criador, mas questiona a ideia de revelação divina.

Algumas religiões não consideram deidades, e podem ser consideradas como ateístas (apesar do ateísmo não ser uma religião, ele pode ser uma característica de uma religião). É o caso do budismo, do confucionismo e do taoísmo. Recentemente surgiram movimentos especificamente voltados para uma prática religiosa (ou similar) da parte de deístas, agnósticos e ateus - como exemplo podem ser citados o Humanismo Laico e o Unitário-Universalismo. Outros criaram sistemas filosóficos alternativos como August Comte, fundador da Religião da Humanidade.

As religiões que afirmam a existência de deuses podem ser classificadas em dois tipos: monoteísta ou politeísta. As religiões monoteístas (monoteísmo) admitem somente a existência de um único deus, um ser supremo. As religiões politeístas (politeísmo) admitem a existência de mais de um deus.

Atualmente, as religiões monoteístas são dominantes no mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo, juntos, agregam mais da metade dos seres humanos e quase a totalidade do mundo ocidental. Além destas, o zoroastrismo, a fé bahá'í, o espiritismo e bnei noah são religiões monoteístas.

Movimentos religiosos

Esta classificação procura agrupar as religiões com base em critérios geográficos, como a concentração numa determinada região ou o facto de certas religiões terem nascido na mesma região do mundo. As categorias mais empregues são as seguintes:

Religiões abraâmicas: judaísmo, cristianismo, islamismo, fé bahá'í;

Religiões da Ásia Oriental: confucionismo, taoísmo, budismo mahayana e xintoísmo;

Religiões da Índia: hinduísmo, jainismo, budismo e siquismo;

Religiões africanas: religiões dos povos tribais da África Negra;

Religiões da Oceania: religiões dos povos das ilhas do Pacífico, da Austrália e da Nova Zelândia;

Religiões da Antiga Grécia e Roma.

zoroastrismo

Esta classificação não se refere à forma como tais religiões estão distribuídas hoje pela Terra, mas às regiões onde elas surgiram. Fundamenta-se no fato de que as religiões nascidas em regiões próximas mantêm também proximidades em relação aos seus credos, por exemplo: as religiões nascidas no Oriente Médio em geral são monoteístas e submetem seus crédulos a forte regime de proibições e obrigações, sempre se utilizando de ameaças pós-morte como a do inferno cristão. Já as religiões nascidas no Oriente Distante são politeístas ou espiritualistas (não pregam a existência de nenhum deus, mas acreditam em forças espirituais) e são mais flexíveis quanto suas normas morais.

A distribuição atual das religiões não corresponde às suas origens, já que algumas perderam força em suas regiões nativas e ganharam participação em outras partes do planeta, um exemplo básico é o cristianismo, que é minoritário no Oriente Médio (onde surgiu) e majoritário em todo o Ocidente e na Oceania (para onde migrou).

Mundo contemporâneo

Percentagem de cidadãos por país que consideram a religião "muito importante"

Desde os finais do século XIX, e em particular desde a segunda metade do século XX, o papel da religião, bem como seu número de aderentes, tem se alterado profundamente.

Alguns países cuja tradição religiosa esteve historicamente ligada ao cristianismo, em concreto os países da Europa, experimentaram um significativo declínio da religião. Este declínio manifestou-se na diminuição do número de pessoas que frequenta serviços religiosos ou do número de pessoas que desejam abraçar uma vida monástica ou ligada ao sacerdócio.

Em contraste, nos Estados Unidos, na América Latina e na África subsariana, o cristianismo cresce significativamente; para alguns estudiosos estes locais serão num futuro próximo os novos centros desta religião. O islão é

actualmente a religião que mais cresce em número de adeptos, que não se circunscrevem ao mundo árabe, mas também ao sudeste asiático, e a comunidades na Europa e no continente americano. O hinduísmo, o budismo e o xintoísmo têm a sua grande área de influência no Extremo Oriente, embora as duas primeiras tradições influenciem cada vez mais a espiritualidade dos habitantes do mundo ocidental. A Índia, onde cerca de 80 por cento da população é hindu, é um dos países mais religiosos do mundo, ficando em segundo lugar, após os Estados Unidos. As explicações para o crescimento das religiões nestas regiões incluem a desilusão com as grandes ideologias do século XIX e XX, como o nacionalismo e o socialismo. O protestantismo, que vem crescendo nos países da América Latina, iniciou-se com Martinho Lutero, na reforma protestante do século XVI.

Por outro lado, o mundo ocidental é marcado por práticas religiosas sincréticas, ligadas a uma "religião individual" de cada um faz para si e ao surgimento dos chamados "novos movimentos religiosos". Embora nem todos esses movimentos sejam assim tão recentes, o termo é usado para se referir a movimentos neocristãos (Movimento de Jesus), judaico-cristãos (Judeus por Jesus), movimentos de inspiração oriental (Movimento Hare Krishna) e a grupos que apelam ao desenvolvimento do potencial humano através por exemplo de técnicas de meditação (Meditação Transcendental). Também presente na Europa e nos Estados Unidos da América é aquilo que os investigadores designam como uma "nebulosa místico-esotérica", que apela a práticas como o xamanismo, o tarot, a astrologia, os mistérios e cuja actividades giram em torno da organização de conferências, estágios, revistas e livros. Algumas das características desta nebulosa místico-esotérica são as centralidades do indivíduo que deve percorrer um caminho pessoal de aperfeiçoamento através da utilização de práticas como o ioga, a meditação, a ideia de que todas as religiões podem convergir, o desejo de paz mundial e do surgimento de uma nova era marcada por um nível superior de consciência.

Mídia

Em 23 de dezembro de 1999 em seu número especial por ocasião da mudança do milênio, a revista The Economist publicou uma nota necrológica de Deus, e afirmou mais tarde ter agido precipitadamente. Num longo noticiário de 3 de novembro de 2007, reconhece que apesar do prognóstico laicista ou secularista, a fé sobrevive. O noticiário concluiu que para um político ou estadista seria um erro muito perigoso ignorar ou legar a um segundo plano a religião. A temática em torno de religião e sobre Deus também tomou conta do debate político na África em 2010 e ganhou espaço na campanha eleitoral, candidatos são obrigados a responder perguntas sobre religião e se veem compelidos a participar de cultos.

Embora cada religião apresente elementos próprios, é também possível estabelecer uma série de elementos comuns às várias religiões e que podem permitir uma melhor compreensão do fenômeno religioso.

As religiões possuem grandes narrativas, que explicam o começo do mundo ou que legitimam a sua existência. O exemplo mais conhecido é talvez a narrativa do Génesis na tradição judaica e cristã. Quanto à legitimação da existência e da validade de um sistema religioso, este costuma apelar a uma revelação ou à obtenção de uma sabedoria por parte de um fundador, como sucede no budismo, onde o Buda alcançou a iluminação enquanto meditava debaixo de uma figueira ou no Islão, em que Muhammad recebeu a revelação do Corão de Deus.

As religiões tendem igualmente a sacralizar determinados locais. Os motivos para essa sacralização são variados, podendo estar relacionados com determinado evento na história da religião (por exemplo, a importância do Muro das Lamentações no judaísmo ou da Igreja do Santo Sepulcro no cristianismo) ou porque a esses locais são associados acontecimentos miraculosos (santuários católicos de Fátima ou de Lourdes) ou porque são marcos de eventos religiosos relacionados à mitologia da própria religião (monumentos megalíticos, como Stonehenge, no caso das religiões pagãs). Na antiga religião grega, os templos não eram locais para a prática religiosa, mas sim locais onde se acreditava que habitava a divindade, sendo, por isso, sagrados.

As religiões estabelecem que certos períodos temporais são especiais e dedicados a uma interação com o divino. Esses períodos podem ser anuais, mensais, semanais ou podem mesmo se desenrolar ao longo de um dia. Algumas religiões consideram que certos dias da semana são sagrados (Shabat para os judeus, sábado para os adventistas e alguns batistas do sétimo dia, ou o domingo para a maioria das outras religiões ligadas ao cristianismo), outras marcam esses dias sagrados de acordo com fenômenos da natureza, como as fases da lua, na religião Wicca, em que todo primeiro dia de lua cheia (esbat) é considerado sagrado. As religiões propõem festas ou períodos de jejum e meditação que se desenvolvem ao longo do ano.

O estudo da religião

História do estudo da religião

As primeiras reflexões sobre a religião foram feitas pelos antigos Gregos e Romanos. Xenofonte relativizou o fenômeno religioso, argumentando que cada cultura criava deuses à sua semelhança. O historiador grego Heródoto descreveu nas suas Histórias as várias práticas religiosas dos

povos que encontrou durante as viagens que efetuou. Confrontado com as diferenças existentes entre a religião grega e a religião dos outros povos, tentou identificar alguns deuses das culturas estrangeiras com os deuses gregos. O sofista Protágoras declarou desconhecer se os deuses existiam ou não, posição que teve como consequências a sua expulsão de Atenas e o queimar de toda a sua obra. Crítias defendeu que a religião servia para disciplinar os seres humanos e fazer com que estes aderissem aos ideais da virtude e da justiça. Júlio César e o historiador Tácito descreveram nas suas obras as práticas religiosas dos povos que encontraram durante as suas conquistas militares.

Nos primeiros séculos da era atual, os autores cristãos produziram reflexões em torno da religião fruto dos ataques que experimentaram por parte dos autores pagãos. Estes criticavam o facto desta religião ser recente quando comparada com a antiguidade dos cultos pagãos. Como resposta a esta alegação, Eusébio de Cesareia e Agostinho de Hipona mostraram que o cristianismo se inseria na tradição das escrituras hebraicas, que relatavam a origem do mundo. Para os primeiros autores cristãos, a humanidade era de início monoteísta, mas tinha sido corrompida pelos cultos politeístas que identificavam como obra de Satanás.

Durante a Idade Média, os pensadores do mundo muçulmano revelaram um conhecimento mais profundo das religiões que os autores cristãos. Na Europa, as viagens de Marco Polo permitiram conhecer alguns aspectos das religiões da Ásia, porém a visão sobre as outras religiões era limitada: o judaísmo era condenado pelo facto dos judeus terem rejeitado Jesus como messias e o islão era visto como uma heresia.

O Renascimento foi um movimento cultural e artístico que procurava reviver os moldes da Antiguidade. Assim sendo, os antigos deuses dos gregos e dos romanos deixaram de ser vistos pela elite intelectual e artística como demónios, sendo representados e estudados pelos artistas que os representavam. Nicolau de Cusa realizou um estudo comparado entre o cristianismo e o islão em obras como *De pace fidei* e *Cribatio Alcorani*. Em Marsílio Ficino encontra-se um interesse em estudar as fontes das diferentes religiões; este autor via também uma continuidade no pensamento religioso. Giovanni Pico della Mirandola interessou-se pela tradição mística do judaísmo, a Cabala.

As descobertas e a expansão europeia pelos continentes, tiveram como consequência a exposição dos europeus a culturas e religiões que eram muito diferentes das suas. Os missionários cristãos realizaram descrições das várias religiões, entre as quais se encontram as de Roberto de Nobili e Matteo Ricci, jesuítas que conheceram bem as culturas da Índia e da China, onde viveram durante anos.

Em 1724, Joseph François Lafitau, um padre jesuíta, publicou a obra *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*, na qual comparava as religiões dos índios, a religião da Antiguidade Clássica e o catolicismo, tendo chegado à conclusão de que estas religiões derivavam de uma religião primordial.

Nos finais do século XVIII e no início do século XIX parte importante dos textos sagrados das religiões tinham já sido traduzidos nas principais línguas europeias. No século XIX ocorre também a estruturação da antropologia como ciência, tendo vários antropólogos se dedicado ao estudo das religiões dos povos tribais. Nesta época os investigadores refletiram sobre as origens da religião, tendo alguns defendido um esquema evolutivo, no qual o animismo era a forma religiosa primordial, que depois evoluía para o politeísmo e mais tarde para o monoteísmo.

Abordagens disciplinares

O estudo científico da religião é, atualmente, realizado por várias disciplinas das ciências sociais e humanas. A história das religiões, nascida na segunda metade do século XIX, estuda a religião recorrendo aos métodos da investigação histórica. Ela estuda o contexto cultural e político em que determinada tradição religiosa emergiu.

A sociologia da religião analisa as religiões como fenómenos sociais, procurando desvendar a influência dela na vida do indivíduo e da comunidade. A Sociologia da Religião tem como principais nomes Emile Durkheim, Karl Marx, Ernst Troeltsch, Max Weber e Peter Berger.

A antropologia, tradicionalmente centrada no estudo dos povos sem escrita (embora os seus campos de estudo possam ser também as modernas sociedades capitalistas), desenvolveu igualmente uma área de estudo da religião, na qual se especulou sobre as origens e funções da religião. John Lubbock, no livro *The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man* apresentou um esquema evolutivo da religião: do ateísmo (entendido como ausência de ideias religiosas), passa-se para o xamanismo, o antropomorfismo, o monoteísmo e finalmente para o monoteísmo ético. Esta visão evolucionista foi colocada em questão por outros investigadores, como E.B. Taylor que considerava o animismo como a primitiva forma de religião.

A fenomenologia da religião, que deriva da filosofia fenomenológica de Edmund Husserl, tenta captar o lado único da experiência religiosa. Utiliza como principal método científico a observação, explicando os mitos, os símbolos e os rituais. Ela procura compreender a religião do ponto de vista do crente, bem como o valor dessas crenças na vida do mesmo. Por estas razões evita os juízos de valores (conceito de epóje ou abandono de qualquer juízo de valor). Os principais nomes ligados à Fenomenologia da Religião são Nathan

Soderblom, Garardus van der Leeuw, Rudolf Otto, Friedrich Heiler e Mircea Eliade.

Filosofia da Religião

A filosofia da religião como uma disciplina distinta é uma inovação dos últimos 200 anos, mas seus temas centrais como a existência e a natureza do divino, a humanidade da relação do homem para com ele, a natureza da religião, e o lugar da religião na vida humana, tem estado com o ser humano desde o início da filosofia. Os filósofos têm examinado tempo a verdade e a justificação racional para as alegações, e têm explorado tais fenômenos filosoficamente interessantes como a fé, a experiência religiosa, e os traços distintivos do discurso religioso. A segunda metade do século XX foi um período especialmente frutífero, com os filósofos que utilizam novos desenvolvimentos em lógica e da epistemologia para montar as duas defesas sofisticadas, e ou os ataques às afirmações religiosas.

A expressão "filosofia da religião" não entrou em uso geral até o século XIX, quando foi empregada para se referir à articulação e crítica da consciência religiosa da humanidade e suas expressões culturais em pensamento, linguagem, sentindo, e prática. Historicamente, a reflexão filosófica sobre temas religiosos teve dois focos:, atitudes, sentimentos e práticas que se acreditava em primeiro lugar, Deus ou Brahma ou Nirvana ou qualquer outra coisa que seria o objeto do pensamento religioso , e, em segundo lugar, o tema religioso humano, isto é, os pensamentos, atitudes, sentimentos e a prática. O primeiro tipo de reflexão filosófica tem uma longa história. No Ocidente, por exemplo, as discussões da natureza de Deus (se ele é imutável, digamos, ou conhece o futuro, se a sua existência pode ser racionalmente demonstrada, e afins) são incorporadas em tratados teológicos tais como Proslogion de Anselmo e Monologion, Summas de Tomás de Aquino, o Guia de Maimônides , e Incoerência dos Filósofos de al-Ghazali. Também fazem parte de sistemas metafísicos influentes como Platão, René Descartes e Leibniz.

Ciência da religião

Ciência da religião é uma área das ciências humanas ou ciências sociais/culturais (também chamada de história das religiões, religiões comparadas, religiologia, ciência das religiões, ciências da religião ou ciências das religiões; em alemão Religionswissenschaft; em inglês Study of

Religions e Religious Studies). O estudo de religiões, sobretudo das religiões de outras culturas que não sejam a do(a) autor(a), tem precedentes desde a antiguidade em várias culturas e tempos históricos, mas o surgimento de uma ciência da religião nos moldes modernos só vai ocorrer entre as décadas de 1850 e 1870, através da iniciativa do alemão Friedrich Max Müller (1823-1900). É tradicionalmente subdividida em história das religiões (ramo empírico de pesquisa específica) e religiões comparadas (ramo sistemático e teórico de pesquisa de ou a partir de várias culturas religiosas). Nasceu de metodologias comparativistas europeias, vindas da filologia de línguas indo-europeias e da ciência e filosofia romântica alemã, somado ao desejo de estudar com profundidade as religiões existentes no mundo, tendo forte diálogo com a etnologia. Após a "briga de métodos" entre vertentes fenomenológicas e empiristas, em meados do século XX, houve algumas mudanças na área. Empréstimos de métodos e teorias de outras áreas ocorreram com muita força, sobretudo, buscando alternativas ao paradigma fenomenológico clássico, de autores como Otto, van der Leeuw e Eliade. Tais atitudes geraram, de um lado, o fortalecimento de uma perspectiva multidisciplinar, que abraçou várias subdisciplinas e disciplinas auxiliares, como a história das religiões, a sociologia da religião, a psicologia da religião e a geografia da religião. Por outro lado, novos paradigmas próprios da área nasceram, como novas teorias interpretativas feitas por Michael Pye, a noção de uma ciência crítica da religião por Donald Wiebe, o que se chamou de "virada material" (material turn) da Ciência da Religião (Vasquez, 2013) - o que abarca o novo comparativismo, neurofenomenologia da religião, a ideia de religião vivenciada (lived religion) e pesquisas com elementos mais materiais das religiões.

Ciência da religião é a disciplina acadêmica de perspectiva empírica que investiga sistematicamente religiões em todas as suas manifestações. Um elemento chave é o compromisso de seus representantes com o ideal de distanciamento e respeito frente aos objetos de estudo, também chamado de agnosticismo metodológico, termo cunhado por Ninian Smart em 1973, mas que já tem raízes desde Max Müller. Não se questiona a "verdade" ou a "qualidade" de uma religião. Do ponto de vista metodológico, religiões são "sistemas de sentido formalmente idênticos", ainda que se expressando com uma rica diversidade. É especificamente este princípio metateórico que distingue a ciência da religião da teologia, e a aproxima de outras ciências humanas e sociais, como a antropologia, a história e a sociologia.

O objetivo da ciência da religião é fazer um inventário, o mais abrangente possível, de fatos reais do mundo religioso, bem como um entendimento histórico do surgimento e desenvolvimento de religiões particulares, uma identificação de seus contatos mútuos e a investigação de suas inter-relações com outras áreas da vida. A partir de um estudo de fenômenos religiosos

concretos, o material é exposto a uma análise comparada. Isso leva a um entendimento das semelhanças e diferenças de religiões singulares a respeito de suas formas, conteúdos e práticas. O reconhecimento de traços comuns entre as diferentes religiões, por parte do cientista da religião, permite a definição de elementos que caracterizam universalmente o fenômeno religioso, ou seja, como um fenômeno humano universal.

Precursosores

O interesse pelo estudo das religiões remonta vários estudiosos desde a antiguidade, de gregos, romanos, chineses, indianos, árabes, norte-africanos, judeus, até japoneses. Na civilização helênica ("Grécia" e regiões em seu entorno), exemplos são Hecateu de Mileto (546-480 a.C.) e Heródoto (485-420 a.C.). O orador romano Cícero (106-43 a.C.) analisou, por sua vez, o fenômeno religioso em sua obra "Sobre a natureza dos deuses" (De Natura Deorum), adotando uma perspectiva mais filosófica. Um marco na história escrita dos encontros entre culturas, foi, conforme Eliade, com as viagens (diplomáticas ou invasoras) de "Alexandre, o Grande (356-323), que os escritores gregos tiveram oportunidade de conhecer diretamente e descrever as tradições religiosas dos povos orientais. Sob Alexandre, Bérose, sacerdote de Bel, publica suas *Babyloniká*. Megasténe, várias vezes enviado por Seleukos Nikator, entre os anos de 302 e 297, em embaixada ao rei indiano Chandragupta, publica *Indiká*. Hecateu de Abdera ou de Mos (365-270/275) escreve sobre os hiperbóreos e consagra à teologia dos egípcios os seus *Aigyptiaká*. O sacerdote egípcio Manéton (século 111) aborda o mesmo assunto em obra publicada sob o mesmo título. Foi assim que o mundo alexandrino passou a conhecer um grande número de mitos, ritos e costumes religiosos exóticos".

Segundo Usarski, chineses como o monge budista Fǎ Xiǎn 法顯 (chinês simplificado 法显, também transcrito como Fa Hsien), que viveu entre 337-422 do calendário cristão aproximadamente, também contribuíram para relatos sobre religiões. Este autor escreveu o *Relato sobre países budistas*, em que descreve muitas culturas budistas da região hoje chamada de Índia. Também o tradutor e monge budista chinês Xuán Zàng 玄奘 (da dinastia Táng 唐, 602-664 no calendário cristão) ajudou a constituir um arcabouço de informações sobre culturas diferentes da sua sociedade natal.

Diversos autores cristãos e islâmicos do período "medieval" também somaram esforços nesse sentido, como, por exemplo, Pedro, o Venerável, Jean Boem e Roger Bacon (1214-1294), do lado dos cristãos, e al-Biruni, al-Tabari, Almaçudi, Abzeme, Chaharastani por parte de muçulmanos. Assim como membros das duas religiões abraâmicas citadas, Judeus deixaram registros sobre outros povos culturalmente diferentes deles, como "Saadia

(892-942), com seu livro *Das crenças e das opiniões* (publicado por volta de 933), no qual faz uma exposição das religiões dos brâmanes, cristãos e muçulmanos integrada a uma filosofia religiosa, e Maimônides (1135-1204), que empreendeu um estudo comparativo das religiões, evitando cuidadosamente a posição do sincretismo".

Além da descrição de outras culturas, posturas de diálogos cultural, em geral, e cultural-religioso, especificamente, podem ser vistos como precursores da Ciência da Religião, tal como entendido pelo seu fundador. Dois exemplos são emblemáticos. O governante □□□□ Aśokaḥ (aportuguesado Asoca, 304 a.C. – 232 a.C.) da dinastia máuria, atual região da Índia e envoltos, que reinou entre 273 e 232 antes da era cristã, após um período mais violento e militar, se converteu ao Budismo. Através do chamado Éditos de Aśokaḥ, instituiu oficialmente respeito e o diálogo entre aderentes de todas religiões, entre outros feitos políticos, ambientais e sociais. Segundo, há a postura de diálogo, e até de incentivo ao debate, entre diferentes visões religiosas e filosóficas por parte do governante Akbar, terceiro imperador mogol da Índia/Índia. Segundo Max Müller, cientistas das religiões deveriam se espelhar na postura destes dois governantes antigos para realizar a suas pesquisas, no sentido de estar aberto ao estudos de todas as religiões, vistas como igualmente interessantes e relevantes.

Origem institucional

Fruto do encontro dos povos que ocorreu com o imperialismo mercantilista europeu, houve a modernidade e os movimentos de reforma cultura do "renascimento" e "iluminismo" na Europa. A própria ciência da religião, enquanto uma ciência sistemática e histórica que busca estudar várias religiões, é filha do iluminismo. As tradições asiáticas ("orientais"), sobretudo tradições islâmicas, persas, indianas e chinesas, foram o objeto de estudo privilegiado durante a fase clássica, sendo seus mitos escritos em textos sagrados as fontes primárias estudadas com mais afinco.

O livro *Mitologia Comparada* [Comparative Mythology] (1856), de Max Müller (1823-1900), seria precursor do que viria a ser, em poucos anos, a ciência da religião. Segundo o filósofo e cientista das religiões Mircea Eliade (1992), "é certo que o termo fora empregado esporadicamente antes (em 1852, pelo padre Prosper Leblanc; em 1858 por F. Stie felhagen, etc.), mas não no sentido rigoroso que Max Müller lhe deu e que, desde então, passou a ser amplamente adotado". O cientista das religiões Frank Usarski (2014) vai mais profundo, e afirma que "acadêmicos associados ao chamado 'círculo de Göttingen', como Johann Gottfried Immanuel Berger (1773-1803), Karl Friedrich Stäudlin (1761-1826) ou Christian Wilhelm Flügge (1773-1827), mencionaram termos como "História das Religiões" ou "Ciência da Religião" nos seus cursos ou publicações, porém sem se referirem a uma disciplina autônoma e distinta da

Teologia". As obras *Chips from a German Workshop* (1867–75, 5 vols.) e a *Introdução à Ciência da Religião* [Introduction to the Science of Religion] (1873) de Max Müller marcariam o início explícito dessa ciência. Em seguida é lançado a mega obra *Livros Sagrados do Oriente* [The Sacred Books of the East] (1879), que é o primeiro grande compêndio de história das religiões organizado de forma conjunta e sob um plano acadêmico e secular unificado.

Sobre a institucionalização dessa ciência, cabe lembrar que ocorreu antes de outras novas ciências, como a psicologia (em 1879) e a sociologia (em 1892). Segundo Usarski (2014, p. 145): "Em 1873 foi fundada a primeira cátedra em História Geral da Religião na Universidade de Genebra, Suíça. Em 1877 seguiram quatro cátedras nas universidades holandesas de Amsterdã, Leiden, Groningen e Utrecht. Em 1879 foi inaugurada a primeira cátedra em História das Religiões na França, seguida por uma cátedra na universidade de Bruxelas, Bélgica (1884). No mesmo ano surgiu em Roma a primeira cátedra de História das Religiões. Dois anos mais tarde, porém, ela foi transformada na cátedra de História do Cristianismo. O resultado foi que a Ciência da Religião na Itália ganhou um status autônomo duradouro apenas em 1924. A força da Teologia e sua abertura para métodos estritamente históricos dificultaram também a institucionalização da Ciência da Religião na Alemanha, onde a primeira cátedra foi fundada em 1910 (Berlim). À primeira vista, surpreende também o fato de que a institucionalização da Ciência da Religião na Grã-Bretanha tenha demorado até 1904 (Universidade de Manchester)."

Com obras fundadoras e disciplinas (cátedras, "cadeiras") em universidades, começou-se a ter eventos que compartilhavam publicamente os resultados das pesquisas e estudos. Houve muitas palestras (lectures), que geraram muitos livros, e também houve, segundo Eliade, vários congressos: "O primeiro Congresso Internacional de Ciência das Religiões aconteceu em Estocolmo, em 1897. Em 1900 teve lugar, em Paris, o Congresso de História das Religiões, assim denominado por excluir dos seus trabalhos a filosofia da religião e a teologia"

Tradições teóricas-metodológicas

Estrutura curricular

A ciência da religião é tradicionalmente subdividida entre religiões comparadas ou ciência da religião sistemática, e história das religiões ou ciência da religião empírica, desde a proposta de Joachim Wach em 1924. Mais recentemente, nas últimas três décadas, surgiu o que pode ser considerado uma terceira subdisciplina: a ciência da religião aplicada ou ciência prática da religião, que busca pensar contribuições mais pragmáticas e diretas à toda sociedade, como em política cultural e internacional, ou na educação (ensino religioso laico).

Metodologia

Em termos de metodologia de pesquisa, sua estrutura interna clássica é baseada em pesquisa empírica - principalmente a partir de fontes religiosas textuais -, variando entre métodos analíticos com abordagens classificatórias e comparativas, com bases filosóficas hermenêuticas, e, métodos filológicos/linguísticos e históricos. Em termos de teoria metodológica, a Ciência da Religião apresenta uma ambiguidade entre um universalismo de viés iluminista que busca encontrar generalizações e um historicismo contextualista de reação contra-iluminista que pretende entender os fenômenos em suas especificidades. Exemplos são dois famosos professores de Ciência da Religião: Mircea Eliade criticava fortemente o historicismo, e questionava o porquê de cientistas das religiões terem certo receio de criar teorias mais gerais sobre as várias tradições religiosas, mas pode ser descrito como pertencente a corrente romântica do pensamento moderno, corrente que é um contra-modelo do iluminismo; outro caso é de Raffaele Pettazzoni, famoso cientista das religiões italiano que inaugurou a cátedra dessa ciência em seu país, e apresentou um método próprio de estudo que fundia a vertente de estudos específicos (históricos e filológicos) com a vertente mais teórica-sistemática da Ciência da Religião, o método histórico-comparativo.

Mais recentemente, após a "briga de métodos" entre vertentes fenomenológicas e empiristas, pós Segunda Guerra mundial (1939-1945), tem cada vez mais se produzido pesquisa de forma multidisciplinar, como uma alternativa a visão fenomenológica. Além disso, estudos que iam além do que foi escrito, focando-se mais em como pessoas viviam as religiões, começaram a ganhar foco. Além dos conhecimentos e métodos acumulados ao longo do primeiro século de sua existência formal, metodologias e teorias de outros ramos da Ciências Humanas e Sociais são emprestadas para instrumentalizar o estudo. A antropologia das religiões, história das religiões, a filosofia da religião, a sociologia da religião e a psicologia da religião são as mais referidas. Mas há outras, como, por exemplo, as neurociências, ciência cognitiva, a economia da religião e a geografia da religião, uma matéria que atualmente ganha força na Universidade de Tübingen, na Alemanha. Entre estes empréstimos, etnografias, etnometodologias e hermenêutica são muito utilizadas.

Novas metodologias tem surgido, nascidas de reflexões desconstrucionistas (sobretudo críticas de gênero e descoloniais), e de uma visão mais "naturalista" ou empirista. Muito dessas novidades está condensado no recente *The Routledge handbook of research methods in the study of religion* de Strausberg e Engler, contendo dezenas de novos métodos e abordagens para estudar cientificamente religiões. Metodologia de pesquisa de campo, mais recentes nessa área, foram descritas por vários autores, como a noção de "personalização da ciência da religião" em Greschat (inspirado em W. Smith), a postura de "agnosticismo metodológico" de Ninian Smart, as fases de pesquisa

em relação aos fiéis de Michel Pye, e a noção de "religião vivida" em Robert Orsi e David D. Hall. Manuel Vásquez também chama atenção com sua nova abordagem teórico-metodológica exposta em seu livro Além da crença: uma teoria materialista da religião [More Than Belief: A Materialist Theory of Religion.

Tradições teóricas

Fase clássica

Tal como pensada por Max Müller, a Ciência da Religião tem variadas fontes: noções evolucionistas de cultura de viés darwiniano (ainda que crítica a eles), filosofia natural/da Natureza (especialmente a Naturphilosophie própria do Romantismo alemão, de J. W. Goethe e F. Schelling), , filologia clássica (sobretudo alemã, holandesa, francesa e inglesa), autores teológico-filosóficos como Kant, Espinoza, e Schleiermacher, Etnologia - especialmente de Frazer e Tylor[9], e até mesmo em precursores mais antigos, como os governantes antigos da atual região da Índia Akbar e Asoca[8]. Houve vários autores que seguiram, cada um ao seu modo, essas tendências que estão nas raízes dessa ciência, como W. Robertson Smith, Joseph Estlin Carpenter e Cornelis Petrus Tiele. Com eles começaram estudos de abordagem cultural, filofágica, comparativa, normalmente buscando entender as "outras" culturas numa visão desenvolvimentista ou evolucionista, mas, sobretudo, visando classificar religiões de um modo que foi chamado de "enciclopédico" - ou seja, descritivamente com riqueza de detalhes.

Desenvolvimentos baseados na fenomenologia

Nascido também em seu início no século XIX, mas desenvolvido plenamente só na primeira metade do século XX e parte após a Segunda Guerra Mundial, a fenomenologia da religião acabou se tornando o segundo paradigma dessa área. Pierre Daniël Chantepie de la Saussaye (1848-1920), ou somente Chantepie de la Saussaye, teria sido o primeiro a pensar de modo aprofundado sobre a parte mais comparativa e classificatória da Ciência da Religião, ramo que, na época, dava o nome de filosofia da religião. Se baseava, principalmente, na fenomenologia de Hegel, e na sua filosofia da religião, além de muitos outros autores. Ele usava o termo "fenomenologia da religião" para designar a "classificação dos diferentes tipos de fenomenos religiosos", afirmando ser uma base que conduzia à filosofia (comparação) e a história (estudo específico) das religiões, dentro do sistema de estudos da Ciência da Religião. Muitos autores importantes à história da Ciência da Religião eram teoricamente adeptos dessa vertente, como Joachim Wach, G. van der Leeuw, Rudolf Otto, Willian Kristensen, Wilfred C. Smith, F. Heiler e Ninian Smart. Mas nenhum foi e continua sendo tão prestigiado quanto o romeno Mircea Eliade. Alguns cientistas das religiões teóricos da fenomenologia da religião buscaram afirmar uma visão de religião como

fenômeno "sui generis", e, conseqüentemente, a ciência que estuda religiões também "sui generis", no sentido de não se limitar nem se sujeitar a outras perspectivas - sociológica, psicológica, econômica, etc. - e ter seus próprios métodos e teorias para entender um objeto tão singular quanto religiões.

Fase contemporânea: auto-crítica, desteologização e novas abordagens

Por outro lado, mesmo dentre os adeptos da fenomenologia da religião, ideias de suspeita, críticas e revisões começaram a crescer. Wilfred C. Smith[30], por exemplo, fez uma forte crítica ao conceito de "religião", debate que abalou toda área internacionalmente e tem repercussões fortes até hoje - como nos debates de Richard King, e mesmo de Talal Asad na antropologia. Outros, como Ninian Smart, teceram fortes críticas a existencia de visões e posturas teológicas na Ciência da Religião norte americana, e se esforçaram para estabelecer uma separação dessa ciência para com a teologia, "desteologizando" a Ciência da Religião. Daí desenvolveu uma nova fase contemporânea marcada por fortes aproximações com outras ciências sociais e psicológicas. Por exemplo, hoje a abordagem da chamada ciência cognitiva da religião tem tido muito sucesso e chamado atenção internacional. Também estudos de abordagem econômica e estatisticamente sociológica tem ganhado cada vez mais espaço e reconhecimento, como as pesquisas baseadas na teoria da escolha racional, liderados por Rodney Stark.

Ciência da religião no Brasil

No Brasil, em 1914 o pensador brasileiro Raimundo Farias Brito já citava o termo "ciência das religiões" e ideias do fundador dessa ciência, Max Müller. Mas a ciência da religião tem seu início institucional em 27 de junho de 1969, através da criação do Colegiado de Ciências das Religiões da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, que mais tarde se tornou departamento e, em seguida, curso de graduação - que formou poucos estudantes e cessou suas atividades.

No final dos anos 1970 surgem os primeiros programas de pós-graduação que ofereceriam cursos de especialização (lato-sensu), mestrado, e, posteriormente, doutorado. Os primeiros cursos de mestrado são da PUC-SP (1978) e UMESP (1979) - ambos em universidades confessionais cristãs, católica e metodista, respectivamente.

Nas décadas de 1990 e 2000, principalmente com a demanda de formação específica que contemplasse a diversidade religiosa nas aulas do componente curricular Ensino Religioso, no ensino fundamental, conforme o art. 33 da LDB de 1997, começaram a surgir também graduações na área em todo o Brasil. Até hoje não há uma regulamentação nacional oficial ao Ensino Religioso escolar, tanto para qual deve seu conteúdo e quem deve ser seu docente. No entanto, cada dia mais cientistas das religiões são vistos como os profissionais

mais habilitados para exercer a docência do Ensino Religioso escolar, e a Ciência da Religião tem se tornado a ciência de referência dessa disciplina escolar, o que vem sendo materializado em várias legislações estaduais, como de Minas Gerais, Pará, ou Paraíba.

Hoje, segundo a Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), há 12 programas de pós-graduação específica em Ciência(s) da(s) Religião(ões). Segundo o Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER), tem cerca de 10 graduações espalhadas pelo Brasil, a maioria em instituições públicas. Também há associações nacionais que representam a área e seus(suas) pesquisadores(as), seja de forma mista (caso da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião-SOTER e da ANPTECRE) ou indireta (caso da Associação Brasileira de História das Religiões - ABHR). Mas só foi criada, até 2016, somente uma associação com fins profissionais, a Associação dos Cientistas da Religião do Pará - ACREPA.

A situação dessa área e de seus profissionais/pesquisadores é ambígua. Por um lado, há forte dificuldade de legitimação acadêmica, normalmente devida a dois problemas presentes em universidades brasileiras: ou acadêmicos tem uma visão secularista que vê de forma negativa qualquer possibilidade de se estudar religiões cientificamente, ou sofre represálias de fontes confessionais que veem com desconfiança estudos que não sejam teológicos. Conseqüentemente, falta empregos e faltam políticas que defendam os(as) formados(as). Por outro lado, apesar da falta de identidade da área - causada pelo fato de ter poucos professores formados na área lecionando em seus cursos -, a Ciência da Religião tem ganhado, paulatinamente, seus espaços e apresenta-se como uma área promissora em crescimento no Brasil

Estado secular

Um Estado secular ou laico é um conceito do secularismo onde o poder do Estado é oficialmente imparcial em relação às questões religiosas, não apoiando nem se opondo a nenhuma religião. Entretanto, o Estado laico não é considerado ateu, ou agnóstico, tal como o Estado laico aceita a crença em Deus, apesar de também respeitar o direito à descrença religiosa.

Um Estado secular trata todos seus cidadãos igualmente, independentemente de sua escolha religiosa, e não deve dar preferência a indivíduos de certa religião. O Estado teocrático ou teocracia é o contrário de um estado secular, ou seja, é um estado onde há uma única religião oficial, como é o caso do Vaticano (Igreja Católica) e do Irã (República Islâmica).

O Estado secular deve garantir e proteger a liberdade religiosa e filosófica de cada cidadão, evitando que alguma religião exerça controle ou interfira em questões políticas. No que difere-se do estado ateu - como era a extinta URSS - se demonstra no fato de que este último se opõe a qualquer

prática de natureza religiosa ou a aceitação de Deus, deuses ou divindades de qualquer natureza. Entretanto, apesar de não ser um Estado ateu, o Estado Laico deve respeitar também o direito à descrença religiosa. Nem todos os Estados que garantem liberdade religiosa são completamente seculares na prática. Em Portugal, por exemplo, alguns feriados católicos - o mais notável sendo o de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do país - são oficiais para os funcionários públicos. Existe ainda a Concordata de 2004 que beneficia e atribui à Igreja Católica, em várias dimensões da vida social, um estatuto preferencial.

Um país laico é aquele que segue o caminho do laicismo, uma doutrina que defende que a religião não deve ter influência nos assuntos do Estado. O laicismo foi responsável pela separação entre a Igreja e o Estado e ganhou força com a Revolução Francesa. Alguns países, como é o caso do Reino Unido, são considerados seculares quando na verdade o termo não pode ser aplicado completamente de fato. No caso do Reino Unido, quando uma pessoa assume o cargo de chefe de estado, é necessário que jure fidelidade à fé anglicana. O cargo de chefe de estado e da igreja oficial pertencem à mesma pessoa - a Rainha Elizabeth II. O estado também garante que vinte e seis membros do clero da Igreja da Inglaterra sejam membros da câmara alta do parlamento. Por estes e outros motivos o Reino Unido não pode ser considerado um estado secular.

No Brasil especificamente, "o país não nega a existência de Deus, ou deuses e divindades de um modo amplo tal como a própria Constituição Federal se apresenta como elaborada "sobre a proteção de Deus". Em 11 de abril de 2012, o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, reiterou em sessão do STF: "Os dogmas de fé não podem determinar o conteúdo dos atos estatais", em uma referência à campanha de religiosos pela manutenção da criminalização do aborto de fetos anencéfalos. Afirmou ainda que as concepções morais religiosas — unânimes, majoritárias ou minoritárias — não podem guiar as decisões de Estado, devendo, portanto, se limitar às esferas privadas.

Estados ambíguos

 Alemanha - A Alemanha não possui uma religião de estado. A relação entre o estado e comunidades religiosas é definida como uma parceria. Algumas igrejas possuem o direito de cobrar impostos eclesiásticos.

 Argentina - De acordo com a Seção 2 da Constituição da Argentina, "o governo federal apoia a religião da Igreja Católica Apostólica Romana". Não é

estipulada nenhuma religião de estado, tampouco uma separação entre o estado e a igreja.

 Finlândia - Afirma ser secular, porém a Igreja Evangélica Luterana da Finlândia e a Igreja Ortodoxa Finlandesa possuem o direito de taxar impostos de seus membros em conjunto com os do governo. Empresas também são taxadas e contribuem financeiramente com as igrejas.

 Indonésia - O primeiro princípio da Pancasila, ideologia nacional da Indonésia, determina a "crença no um e único Deus. Diversas religiões são praticadas no país. A Constituição da Indonésia garante liberdade religiosa para todos os cidadãos. Contudo, o governo reconhece apenas seis religiões oficiais: o Islã, o Protestantismo, o Catolicismo, o Hinduísmo, o Budismo e o Confucionismo. As outras são denominadas de kepercayaan (fé), incluindo diversas crenças indígenas. Estudos religiosos são obrigatórios da escola primária até o ensino médio. Lugares de prática religiosa são comuns em colégios e escritórios. Um Ministro dos Assuntos Religiosos é o responsável por administrar a relação do governo com as religiões. Se a secularidade de um estado é definida como "não apoiar a religião, nem a irreligião", a Indonésia não é laica, pois a irreligião não é permitida, embora não haja perseguição. Há a preferência de diversas crenças, representadas no governo por meio do ministério da religião.

 Israel - Quando o sionismo foi introduzido por Theodor Herzl, sua ideia era a de um estado laico, que não seria influenciado pela religião de nenhuma maneira. Quando David Ben-Gurion fundou o Estado de Israel, foram escolhidos líderes religiosos ao lado de judeus seculares para compor o governo. Diversos israelenses reclamam de restrições religiosas impostas: embora não haja nenhuma lei os obrigando, muitos comércios fecham durante o Shabbat, incluindo a El Al, principal companhia aérea do país, além de muitos meios de transporte e restaurantes. Casamentos em Israel estão à mercê de instituições religiosas judaicas, muçulmanas e cristãs, restrição herdada do Mandato Britânico da Palestina. Muitos israelenses seculares consideram isso um absurdo e se casam no exterior, em países como o Chipre. Casamentos realizados no exterior, incluindo os homoafetivos, são reconhecidos como casamentos oficiais em Israel. Todos os alimentos servidos em bases do exército e edifícios governamentais precisam se adequar à dieta Kosher, mesmo com a maioria da população não a seguindo. Muitos símbolos religiosos judaicos se tornaram símbolos nacionais. Por exemplo, as faixas azuis na bandeira se assemelham a um talit e o brasão de Israel contém uma menorah. Todavia, a presença destes símbolos pode ser interpretada como étnica e cultural, e não apenas religiosa.

 Líbano - Como define o Pacto Nacional de 1943, cargos no governo são extremamente definidos pela religião:

- O presidente da república precisa ser um cristão maronita;
- O primeiro-ministro da república precisa ser um muçulmano sunita;
- O presidente do parlamento precisa ser um muçulmano xiita;
- O vice-presidente do parlamento e o vice-primeiro-ministro precisa ser um cristão ortodoxo grego;
- O chefe do Estado-Maior precisa ser um druso.

Estados seculares anteriores

 Paquistão (1947-1956) Depois da aplicação em 1956, a Constituição do Islã foi instituída como a religião de estado.

 Irão Tornou-se um estado secular em 1925 depois que Reza Pahlavi foi instalado como Xá. O Islã voltou a ser a religião de estado em dezembro de 1979, seguido da adoção de uma nova constituição.

 Iraque Capítulo 1, Artigo 2 da Constituição de 2005

 Madagáscar (1960-2007) A constituição com "laïc" (secular) retirou.

Catolicismo

Catolicismo (em grego: καθολικός; transl.: katholikos; com o significado de "geral" ou "universal") é um termo amplo para o corpo da fé católica, a sua teologia, doutrinas, liturgia, princípios éticos, e características comportamentais, bem como um povo religioso como um todo.

O termo catolicismo é usado geralmente para uma experiência específica do cristianismo compartilhada por cristãos que vivem em comunhão com a Igreja de Roma." Muitos dos principais credos (definições de fé semelhantes a preces) cristãos, nomeadamente o Credo dos Apóstolos e o Credo niceno-constantinopolitano, utilizam este termo.

No seu sentido mais estreito, o termo é usado para referir-se à Igreja Católica de Roma, formada por 23 igrejas sui iuris, igrejas católicas orientais, que estão em comunhão total com o Papa, e possui mais de um bilhão de fiéis (ou seja, mais de um sexto da população mundial e mais da metade de todos os cristãos).

As suas características distintivas são a aceitação da autoridade e primado do Papa, o Bispo de Roma. No entanto, outras igrejas também afirmam ser "católicas", como a ortodoxa bizantina, e as igrejas ortodoxas orientais, a Igreja Assíria do Oriente, a Velha Igreja Católica, e as igrejas da Comunhão Anglicana. Existem ainda as igrejas nacionais, principalmente no continente americano, do Norte, Central e Sul, que não estão vinculadas a Roma, são em sua maioria descendentes da Igreja Católica Apostólica Brasileira, uma dissidência da Igreja de Roma surgida em 1945 e que hoje está presente em muitos países, inclusive na Ásia e África.

A palavra Igreja Católica ou catolicismo para referir-se à "Igreja universal" é utilizada desde o século I, alguns historiadores sugerem que os próprios apóstolos poderiam ter utilizado o termo para descrever a religião ou igreja. Registros escritos da utilização do termo constam nas cartas de Inácio, Bispo de Antioquia, discípulo do apóstolo João, que provavelmente foi ordenado pelo próprio Pedro.

Em diversas situações nos primeiros três séculos do cristianismo, o Bispo de Roma, considerado sucessor do Apóstolo Pedro, interveio em outras comunidades para ajudar a resolver conflitos, tais como fizeram os papas Clemente I, Vitor I e Calixto I. Nos três primeiros séculos, a Igreja foi organizada sob três patriarcas, os bispos de Antioquia, de jurisdição sobre a Síria e posteriormente estendeu seu domínio sobre a Ásia Menor e a Grécia, Alexandria, de jurisdição sobre o Egito, e Roma, de jurisdição sobre o Ocidente. Posteriormente os bispos de Constantinopla e Jerusalém foram adicionados aos patriarcas por razões administrativas. O Primeiro Concílio de Niceia no ano 325, considera o Bispo de Roma como o "primus" (primeiro) entre os patriarcas, afirmando em seus quarto, quinto e sexto cânones que está "seguindo a tradição antiquíssima", embora muitos interpretem esse título como o "primus inter pares" (primeiro entre iguais). Considerava-se que Roma possuía uma autoridade especial devido à sua ligação com São Pedro.

Uma série de dificuldades complexas (disputas doutrinárias, concílios disputados, a evolução de ritos separados e se a posição do papa de Roma era ou não de real autoridade ou apenas de respeito) levaram à divisão em 1054 da Igreja entre a Igreja Católica no Ocidente e a Igreja Ortodoxa no Leste (Grécia, Rússia e muitos países eslavos, Anatólia, Síria, Egito, etc.). A esta divisão chama-se o Cisma do Oriente.

A grande divisão seguinte da Igreja Católica ocorreu no século XVI com a Reforma Protestante, durante a qual se formaram muitas das igrejas protestantes.

No cristianismo ocidental, as principais fés a se considerarem "católicas", para além da Igreja Católica de Roma, são a Velha Igreja Católica, a Igreja Católica Apostólica Carismática, a Igreja Católica Liberal, a Associação Patriótica Católica Chinesa, as igrejas católicas brasileiras dissidentes e alguns elementos anglicanos (os "Anglicanos da Alta Igreja", ou os "anglo-católicos"). Estes grupos têm crenças e praticam rituais religiosos semelhantes aos do catolicismo romano, mas diferem substancialmente destes no que diz respeito ao estatuto, poder e influência do Bispo de Roma.

As Igrejas ortodoxas orientais e ortodoxas bizantinas pensam em si próprias como Igrejas Católicas no sentido de serem a "Igreja universal". A Igreja Católica e as igrejas ortodoxas acusavam-se mutuamente de cismáticas e heréticas (ver Grande Cisma do Oriente), embora recentemente devido a esforços ecumênicos estas acusações e excomunhões tenham sido retiradas e tenha-se chegado a uma aceitação básica das prerrogativas do papa. Os Patriarcas ortodoxos são hierarcas autocéfalos, o que significa, grosso modo, que cada um deles é independente da supervisão direta de outro bispo (embora ainda estejam sujeitos ao todo do seu sínodo de bispos). Não estão em comunhão plena com o papa.

Mas nem todas as Igrejas orientais estão fora da comunhão católica. Existem também os chamados Católicos de rito oriental, cuja liturgia e estrutura hierárquica se assemelham à dos ortodoxos, e que também permitem a ordenação de homens casados, mas que reconhecem o papa como chefe da sua Igreja. Estes católicos orientais formam as chamadas Igrejas Orientais Católicas *sui iuris*.

Alguns grupos chamam a si próprios católicos, mas esse qualificativo é questionável: por exemplo, a Igreja Católica Liberal, que se originou como uma dissensão da Velha Igreja Católica mas que incorporou tanta teosofia na sua doutrina que já pouco tem em comum com o catolicismo romano.

Catolicismo romano

A principal denominação católica é denominada no idioma inglês e português de "Igreja Católica de Roma" (Roman Catholic Church) ou "Igreja Católica Apostólica Romana". Tal nome provém das quatro características da Igreja: a Unidade, a Santidade, a Catolicidade e a Apostolicidade (a Romanidade está inclusa na última). Não obstante, em seus documentos oficiais usa-se apenas o termo "Católica" para se referir à instituição. O termo inglês "Roman Catholic" tem origem recente, passando a ser usado apenas no século XVI, sendo empregado normalmente em outras línguas a partir do século XIX.

Organização e cargos da Igreja Católica Romana



Visita do papa Bento XVI (2005-2013), que esteve cercado de cardeais, que são os clérigos que o auxiliam no governo de toda a Igreja Católica.

Estruturalmente, a Igreja Católica romana (ou de Roma) constitui uma das religiões mais centralizadas do mundo. O seu chefe, o papa, governa-a a partir da Cidade do Vaticano, um estado independente no centro de Roma, também conhecido na diplomacia internacional como a Santa Sé. O papa é selecionado por um grupo de elite de Cardeais, conhecidos como Príncipes da Igreja. Só o papa pode selecionar e nomear todos os clérigos da Igreja acima do nível de padre. Todos os membros da hierarquia respondem perante o papa e a sua corte papal, chamada Cúria. Os papas exercem o que é chamado Infallibilidade Papal, isto é, o direito de definir declarações definitivas de ensinamento católico romano em matérias de fé e moral. Na realidade, desde a sua declaração no Concílio do Vaticano I, em 1870, a infalibilidade Papal só foi usada uma vez, pelo papa Pio XII, na década de 1950.

A autoridade do papa vem da crença de que ele é o sucessor direto de São Pedro e, como tal, o Vigário de Cristo na Terra. A Igreja tem uma estrutura hierárquica de títulos que são, em ordem descendente:

Papa, o bispo de Roma. Os que o assistem e aconselham na liderança da igreja são os cardeais;

Patriarcas são chefes de algumas Igrejas Católicas Orientais *sui iuris*. Alguns dos grandes arcebispos Católicos Latinos também são chamados Patriarcas; entre estes contam-se o Arcebispo de Lisboa e o Arcebispo de Veneza;

Bispo (arcebispo e Bispo Sufragário): são os sucessores diretos dos doze apóstolos. Receberam a totalidade dos graus da Ordem; assim por instituição divina podem transmitir o sacerdócio católico, bem como por nomeação do papa são indicados para governar uma porção do povo de Deus;

Padre (Monsenhor é um título honorário para um padre, que não dá quaisquer poderes sacramentais adicionais): inicialmente não havia padres *per se*. Esta posição evoluiu a partir dos bispos suburbanos que eram encarregados de distribuir os sacramentos mas não tinham jurisdição completa sobre os fiéis.

Diácono: são auxiliares dos padres e bispos, que tem por função a administração de alguns sacramentos e dos sacramentais;

Existem ainda cargos menores: leitor e acólito (desde o Concílio Vaticano Segundo, o cargo de sub-diácono deixou de existir). As ordens religiosas têm a sua própria hierarquia e títulos. Estes cargos tomados em conjunto constituem o clero e no rito ocidental só podem ser ocupados, normalmente, por homens solteiros. No entanto, no rito oriental, os homens casados são admitidos como padres diocesanos, mas não como bispos ou padres monásticos; e em raras ocasiões, permitiu-se que padres casados que se converteram a partir de outros grupos cristãos fossem ordenados no rito ocidental. No rito ocidental, os homens casados podem ser ordenados diáconos permanentes, mas não podem voltar a casar se a esposa morrer ou se o casamento for anulado.

O papa é eleito pelo Colégio dos Cardeais de entre os próprios membros do colégio (o processo de eleição, que tem lugar na Capela Sistina, é chamado Conclave). Cada papa continua no cargo até que morra ou até que abdique (o que só aconteceu três vezes, a última delas em 2013, quando o papa Bento XVI abdicou).

Doutrinas distintivas

A doutrina oficial da Igreja Católica é o conjunto de crenças oficiais professadas pela Igreja Católica acerca de diversos aspectos relativos a Deus, ao homem e ao mundo. Segundo a Igreja, essas verdades foram sendo reveladas por Deus através dos tempos (nomeadamente ao longo do Antigo Testamento), atingindo a sua plenitude em Jesus Cristo, considerado pelos católicos e cristãos como o Filho de Deus, o Messias e o Salvador do mundo e da humanidade. Mas, a definição e compreensão dessa doutrina é progressiva, necessitando por isso do constante estudo e reflexão da Teologia, mas sempre fiel à revelação divina e orientada pelo Magistério da Igreja Católica. A doutrina Católica está expressa e resumida no Credo dos Apóstolos, no Credo niceno-constantinopolitano e, atualmente, no Catecismo da Igreja Católica e no seu Compêndio.



Entrada principal da Catedral de Notre-Dame em Paris

Com estes estudos teológicos todos, a Igreja vai-se gradualmente instituindo os seus dogmas, que é a base da doutrina oficial, sendo o último dogma (o da Assunção da Virgem Maria) proclamado solenemente apenas em 1950. Para os católicos, um dos dogmas mais importantes é o da Santíssima Trindade, que, não violando o monoteísmo, professa que Deus é simultaneamente uno (porque, em essência, só existe um Deus) e trino (porque está pessoalizado em três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que se estabelecem entre si uma comunhão perfeita). Estas 3 Pessoas eternas, apesar de possuírem a mesma natureza, "são realmente distintas". Logo, muitas vezes, certas actividades e atributos divinos são mais reconhecidas (mas não exclusivamente realizadas) em uma Pessoa do que em outra. Como por exemplo, a criação divina do mundo está mais associado a Deus Pai; a salvação do mundo a Jesus, Filho de Deus; e a protecção, guia, purificação e santificação da Igreja ao Espírito Santo.

A doutrina professa também a divindade de Jesus, que seria a segunda pessoa da Trindade, e que a nossa salvação deve-se, para além da graça divina, ao Seu supremo e voluntário Sacrifício e Paixão na cruz. Este tão grande sacrifício deveu-se à vontade e ao infinito amor de Deus, que quis salvar toda a humanidade. Além disso, é também fundamental para a salvação a adesão livre do crente à fé em Jesus Cristo e aos Seus ensinamentos, porque a nossa liberdade, como um dom divino, é respeitado por Deus, o nosso Criador. Esta fé leva à conversão das pessoas e à prática das boas obras (que nos afastam do pecado e nos ajudam a crescer na caridade), nomeadamente o acto de "amar a Deus acima de todas as coisas" (Mt 22,37) e também o de "amar ao próximo como a si mesmo" (Mt 22,39). Estes dois actos virtuosos, juntamente com o acto de "amar uns aos outros como Jesus nos ama" (Jo 15,10), são justamente os mandamentos de Amor que Jesus deu aos seus discípulos e à humanidade. Estes mandamentos radicais constituem o resumo de "toda a Lei e os Profetas" do Antigo Testamento (Mt 22,40).

Nas suas muitas pregações, Jesus Cristo ensinou, para além dos seus mandamentos de Amor, as bem-aventuranças e insistiu sempre "que o Reino de Deus está próximo" (Mt 10,7) e que Deus estava preparando a Terra para um novo estado de coisas. Anunciou também que quem quisesse fazer parte do Reino de Deus teria de "nascer de novo", de se arrepender dos seus pecados, de se converter e purificar. Jesus ensinava também que o poder, a graça e a misericórdia de Deus era maior que o pecado e todas as forças do mal, insistindo por isso que o arrependimento sincero dos pecados e a fé em Deus podem salvar os homens. Este misterioso Reino de Deus, que só se irá realizar-se na sua plenitude no fim do mundo, está já presente na Terra através da Igreja, que é o seu semente. A Igreja ensina que neste Reino, o Mal será inexistente e os homens salvos e justos, após a ressurreição dos mortos e

o fim do mundo, passarão a viver eternamente em Deus, com Deus e junto de Deus.

Mais concretamente, a fé em Cristo (e em Deus) inclui a adesão do crente à doutrina por Ele revelada e transmitida pela Igreja, bem como ao conjunto de regras de vida propostas por essa mesma Igreja. Os católicos professam que a Igreja é o Corpus Mysticum, onde Cristo seria a Cabeça e eles (os fiéis) membros deste corpo único, inquebrável e divino. Este corpo místico tem por função reunir toda a humanidade para o seu caminho de santificação, que tem o seu fim na vida eterna, na realização final do Reino de Deus e no alcance da santidade. A Igreja ensina também que os cristãos não católicos também pertencem, apesar de um modo imperfeito, ao Corpo Místico, visto que tornaram-se uma parte inseparável Dele através do Batismo.

Divergências com as outras Igrejas cristãs

Os pontos de vista católicos diferem dos ortodoxos em alguns pontos, incluindo a natureza do Ministério de S. Pedro (o Papado), a natureza da Trindade e o modo como ela deve ser expressa no Credo niceno-constantinopolitano, e o entendimento da salvação e do arrependimento. Os católicos divergem dos protestantes em vários pontos, incluindo a necessidade da penitência, o significado da comunhão, a composição do Cânone das Escrituras, a veneração de santos, a veneração de Maria Santíssima, mãe de Jesus; o purgatório e o modo como se atinge a salvação:

Os protestantes acreditam que a salvação se atinge apenas através da fé e arrependimento, ao passo que os católicos acreditavam que a salvação também vinha por boas obras. Esta divergência levou a um conflito sobre a doutrina da justificação (na Reforma ensinava-se que "nós justificamos apenas pela fé"). O diálogo ecumênico moderno levou a alguns consensos sobre a doutrina da justificação entre os católicos e os luteranos, anglicanos e outros.

Mandamentos da Igreja

Participar da Missa inteira nos domingos e festas de guarda (veja em Lista dos dias santos de obrigação do catolicismo)

Confessar-se ao menos uma vez por ano (ou no máximo até um ano após ter consciência de pecado mortal)

Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição

Jejuar e abster-se de carne quando manda a Igreja (estão obrigados à lei da abstinência de carne ou derivados de carne aqueles que tiverem completado quatorze anos de idade; estão obrigados à lei do jejum, uma só refeição normal ao dia, e apenas mais dois pequenos lanches ou refeições os maiores de idade, desde os dezoito anos completos até os sessenta anos começados).

Jejum: “A Quarta-feira de Cinzas e a Sexta-feira Santa, memória da Paixão e Morte de Cristo, são dias de jejum e abstinência. A abstinência pode ser substituída pelos próprios fiéis por outra prática de penitência, caridade ou piedade, particularmente pela participação nesses dias na Sagrada Liturgia”.

Abstinência de carne: “Toda sexta-feira do ano é dia de penitência, a não ser que coincida com solenidade do calendário litúrgico. Nesse dia, os fiéis abstenham-se de carne ou outro alimento, ou pratiquem alguma forma de penitência, principalmente obra de caridade ou exercício de piedade” (Legislação Complementar da CNBB quanto aos cân. 1251 e 1253 do Código de Direito Canônico)

Contribuir com o Dízimo segundo está escrito na Bíblia Sagrada

Liturgia e prece

O ato de prece mais importante na Igreja Católica Romana é a liturgia Eucarística, normalmente chamada Missa. A missa é celebrada todos os domingos de manhã na maioria das paróquias Católicas Romanas; no entanto, os católicos podem cumprir as suas obrigações dominicais se forem à missa no sábado à noite. Os católicos devem também rezar missa cerca de dez dias adicionais por ano, chamados Dias Santos de Obrigação. Missas adicionais podem ser celebradas em qualquer dia do ano litúrgico, excepto na Sexta-feira Santa. Muitas igrejas têm missas diárias. A missa contemporânea é composta por duas partes principais: a Liturgia da Palavra e a Liturgia Eucarística. Durante a Liturgia da Palavra, são lidas em voz alta uma ou mais passagens da Bíblia, ato desempenhado por um Leitor (um leigo da igreja) ou pelo padre ou diácono. O padre ou diácono lê sempre as leituras do Evangelho e pode também ler de outras partes da Bíblia (durante a primeira, segunda, terceira, etc. leituras). Depois de concluídas as leituras, é rezada a homilia (que se assemelha ao sermão protestante) por um padre ou diácono. Nas missas rezadas aos domingos e dias de festa, é professado por todos os católicos presentes o Credo niceno-constantinopolitano, que afirma as crenças ortodoxas do catolicismo. Segue então a Liturgia Eucarística, que nada mais é do que a Missa em seu sentido estrito. Nela, o pão e o vinho oferecidos, segundo o dogma católico da transubstanciação, se tornam realmente o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo.

O movimento de reforma litúrgica, iniciado no início da década de 1960 pelo Concílio Vaticano II, tem sido responsável nos últimos quarenta anos por uma convergência significativa das práticas predicamentais do Rito Romano com as das igrejas protestantes, afastando-as dos outros ritos católicos, particularmente os ritos orientais. Uma característica dos novos pontos de vista litúrgicos tem sido um "regresso às fontes", que se diz que tem origem na redescoberta de antigos textos e práticas litúrgicas, bem como muitas práticas novas. As reformas litúrgicas pós-conciliares (pós- Concílio

Vaticano II) incluem o uso da língua vernacular (local), uma maior ênfase na Liturgia da Palavra, e a clarificação do simbolismo. A característica mais visível das reformas é a postura do padre. No passado, o padre virava-se para o altar, de costas para a congregação. As reformas fizeram com que o padre se voltasse para o povo, separado dele pelo altar. Isto simboliza o desejo de que a missa se torne mais centrada nas pessoas. Há, todavia, críticos que não concordam com a natureza da missa pós-Vaticano II (conhecida por vezes como *Novus Ordo Missae*). Em 2003, foi revelado que a Missa Tridentina pré-Vaticano II estava de novo a ser celebrada na Basílica de S. Pedro (embora não no altar principal) e que o papa João Paulo II começou a celebrar missas tridentinas na sua capela privada no Palácio Apostólico, no Vaticano. A partir 7 de julho de 2007, pelo *Motu proprio Summorum Pontificum*, o papa Bento XVI reafirmou a validade da Missa Tridentina (pré-Concílio Vaticano II e rezada em latim) e a liberação de celebrá-la a pedido dos fiéis sem prévia autorização episcopal. Assim sendo, existem atualmente duas formas de celebração do rito romano: a forma ordinária (o *Novus Ordo*) e a forma extraordinária (a Missa Tridentina).

Sacramentos

A prática da Igreja Católica consiste em sete sacramentos (veja também sacramentos católicos):

- ✓ Batismo
- ✓ Confirmação
- ✓ Eucaristia
- ✓ Penitência ou reconciliação
- ✓ Unção dos enfermos
- ✓ Ordem
- ✓ Matrimônio

Dentro da fé católica, os sacramentos são gestos e palavras de Cristo que concedem graça santificadora sobre quem os recebe. O Batismo é dado às crianças e a convertidos adultos que não tenham sido antes batizados validamente (o batismo da maior parte das igrejas cristãs é considerado válido pela Igreja Católica visto que se considera que o efeito chega diretamente de Deus independentemente da fé pessoal, embora não da intenção, do sacerdote). A Confissão ou reconciliação envolve a admissão de pecados perante um padre e o recebimento de penitências (tarefas a desempenhar a fim de alcançar a absolvição ou o perdão de Deus). A Eucaristia (Comunhão) é o sacrifício de Cristo marcado pela partilha do Corpo de Cristo e do Sangue de Cristo que se considera que substituem em tudo menos na aparência o pão e o vinho utilizados na cerimônia. A crença católica romana de que pão e vinho são transformados no Corpo e no Sangue de Cristo chama-se transubstanciação.

No sacramento da Confirmação, o presente do Espírito Santo que é dado no batismo é "fortalecido e aprofundado" (veja o Catecismo da Igreja Católica, para. 1303) através da imposição de mãos e da unção com óleo. Na maior parte das igrejas de Rito Latino, este sacramento é presidido por um bispo e tem lugar no início da idade adulta. Nas Igrejas Católicas Orientais (ver abaixo) o sacramento da crisma é geralmente executado por um padre imediatamente depois do batismo. O Sagrado Matrimônio - Na Igreja Católica, o casamento é considerado como sendo "o pacto matrimonial, pelo qual um homem e uma mulher constituem entre si uma íntima comunidade de vida e de amor, fundado e dotado de suas leis próprias pelo Criador. Por sua natureza, é ordenado ao bem dos cônjuges, como também à geração e educação dos filhos. Entre batizados, foi elevado, por Cristo Senhor, à dignidade de sacramento." (Catecismo da Igreja Católica, n. 1660).

As Ordens Sagradas recebem-se ao entrar para o sacerdócio e envolvem o compromisso do celibato e o impedimento de não poder casar-se mais em seguida. O sacramento das Ordens Sagradas é dado em três graus: o do diácono (desde Vaticano II um diácono permanente pode ser casado antes de se tornar diácono), o de padre e o de bispo. A unção dos doentes era conhecida como "extrema unção" ou "último sacramento". Envolve a unção de um doente com um óleo sagrado abençoado especificamente para esse fim e já não está limitada aos doentes graves e aos moribundos.

Organização por região

A Igreja Católica está presente em virtualmente todas as nações do planeta. Está organizada em hierarquias nacionais com bispos diocesanos sujeitos a arcebispos. Colégios, ou Conferências Nacionais, de bispos coordenam a política local dentro dos países ou de grupos de países.

A unidade geográfica e organizacional fundamental da Igreja Católica é a diocese (nas Igrejas Católicas do Oriente, a unidade equivalente chama-se eparquia). Esta corresponde geralmente a uma área geográfica definida, centrada numa cidade principal, e é chefiada por um bispo. A igreja central de uma diocese recebe o nome de catedral, da cátedra, ou cadeira, do bispo, que é um dos símbolos principais do seu cargo. Dentro da diocese, o bispo exerce aquilo que é conhecido como um ordinário, ou seja, a autoridade administrativa principal. (As sedes de algumas ordens religiosas são semi-independentes das dioceses a que pertencem; o superior religioso da ordem exerce jurisdição ordinária sobre elas.) Embora o papa nomeie bispos e avalie o seu desempenho, e exista uma série de outras instituições que governam ou supervisionam certas actividades, um bispo tem bastante independência na administração de uma diocese. Algumas dioceses, geralmente centradas em cidades grandes e importantes, são chamadas arquidioceses e são chefiadas por um arcebispo. Em grandes dioceses e arquidioceses, o bispo é

frequentemente assistido por bispos auxiliares, bispos integrais e membros do Colégio dos Bispos que não chefiam a sua própria diocese. Arcebispos, bispos sufragâneos (designação frequentemente abreviada simplesmente para "bispos"), e bispos auxiliares, são igualmente bispos; os títulos diferentes indicam apenas que tipo de unidade eclesial chefiam. Muitos países têm vicariatos que apoiam as suas forças armadas.

Quase todas as dioceses estavam organizadas em grupos conhecidos como províncias, cada uma das quais era chefiada por um arcebispo. Embora as províncias continuem a existir, o seu papel foi substituído quase por completo por conferências de bispos, geralmente constituídas por todas as dioceses de um determinado país ou grupo de países. Estes grupos lidam com um vasto conjunto de assuntos comuns, incluindo a supervisão de textos e práticas litúrgicas para os grupos culturais e linguísticos da área, e as relações com os governos locais. A autoridade destas conferências para restringir as atividades de bispos individuais é, no entanto, limitada (os teólogos tradicionais consideram esta autoridade basicamente irrestrita). As conferências de bispos começaram a surgir no princípio do século XX e foram oficialmente reconhecidas no Concílio Vaticano Segundo, no documento *Christus Dominus*.

O Colégio dos Cardeais é o conjunto dos bispos católicos romanos que são conselheiros especiais do papa. Qualquer padre pode ser nomeado cardeal, desde que se "distinga em fé, moral e piedade". Se um cardeal que ainda não tiver sido ordenado bispo for eleito Papa, deverá receber a ordenação episcopal mais tarde. (ver a Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*[23]). Todos os cardeais com menos de 80 anos têm o direito de eleger um novo papa depois da morte do seu predecessor. Os cardeais eleitores são quase sempre membros do clero, mas no entanto o papa concedeu no passado a membros destacados do laicado católico (por exemplo, a teólogos) lugares de membro do colégio, após ultrapassarem a idade eleitoral. A cada cardeal é atribuída uma igreja ou capela (e daí a classificação em bispo cardeal, padre cardeal e diácono cardeal) em Roma para fazer dele membro do clero da cidade. Muitos dos cardeais servem na cúria, que assiste o papa na administração da Igreja. Todos os cardeais que não são residentes em Roma são bispos diocesanos.

As dioceses são divididas em distritos locais chamadas paróquias. Todos os católicos devem frequentar e apoiar a sua igreja paroquiana local. Ao mesmo tempo que a Igreja Católica desenvolveu um sistema elaborado de governo global, o catolicismo de dia a dia é vivido na comunidade local, unida em prece na paróquia local. As paróquias são em grande medida auto-suficientes; uma igreja, frequentemente situada numa comunidade pobre ou em crescimento, que é sustentada por uma diocese, é chamada "missão".

A Igreja Católica Romana sustenta muitas ordens (grupos) de monges e freiras que são principalmente não-padres que vivem vidas especialmente devotadas a servir Deus. São pessoas que se juntaram sob um determinado sistema a fim de atingir a perfeição e a virtude. Estes sistemas por vezes implicam a separação do mundo para meditar, outras a participação excepcional no mundo, frequentemente através da prestação de serviços médicos ou educacionais. Quase todos os monges e freiras tomam votos de pobreza (nenhuma ou limitada posse de propriedade ou dinheiro), castidade (nenhuma utilização dos órgãos sexuais) e obediência (aos seus superiores).

Igrejas sui iuris e os seus ritos litúrgicos

A Igreja Católica é uma comunhão de 24 igrejas particulares autónomas (sui iuris) em comunhão completa umas com as outras e em união com o papa na sua qualidade de Sumo Pontífice da Igreja Universal (chamado de "Pontífice de Roma" na lei canónica). O Papa, na sua qualidade de Patriarca de Roma é também o chefe da maior das Igrejas sui iuris, a Igreja Latina. As restantes 23 Igrejas sui iuris, conhecidas colectivamente como "Igrejas Católicas Orientais", são governadas por um hierarca que ou é um Patriarca ou um Arcebispo Principal ou um Metropolita. A Cúria Romana administra quer as igrejas orientais, quer a igreja ocidental. Devido a este sistema, é possível que um católico esteja em comunhão completa com o Pontífice de Roma sem ser um católico "romano".

Cada uma das Igrejas sui iuris utilizam uma das seis tradições litúrgicas tradicionais (que emanam de Sés tradicionais de importância histórica), chamadas "ritos". Os ritos principais são o Romano, o Bizantino, o de Antioquia, o Alexandrino, o Caldeu e o Arménio (existem ainda dois ritos ocidentais menores, o Rito Ambrosiano e o Rito Moçárabe). O Rito Romano, usado pela Igreja Latina, é dominante em grande parte do mundo, e é usado pela vasta maioria dos católicos (cerca de 98%). Antigamente havia muitos ritos ocidentais menores, que foram substituídos pelo Rito Romano pelas reformas litúrgicas do Concílio de Trento.

Historicamente, o Santo Sacrifício da Missa no Rito Romano (a "Missa Tridentina") era conduzido inteiramente em latim eclesiástico, mas devido ao Concílio Vaticano II, no início dos anos 60, foi promulgada uma nova versão da missa (Novus Ordo Missae), que é celebrada na língua vernacular (local). O serviço correspondente das Igrejas Católicas orientais, a Liturgia Divina, é conduzido em várias línguas litúrgicas, segundo o Rito e a Igreja: as Igrejas de Rito Bizantino usam o grego, o eslavónico, o árabe, o romeno e o georgiano, as igrejas de Ritos Antioquiano e Caldeu usam o siríaco, a Igreja de Rito Arménio usa o arménio e as Igrejas de Rito Alexandrino usam o copta e o ge'ez.

Tem-se observado, principalmente nas Américas e em parte da Europa, o desinteresse frequente pela população com relação à Igreja

Católica. [carece de fontes] Um reflexo disso é o aparecimento de grande número de pessoas que se intitulam católicos não praticantes. No Censo 2000 feito pelo IBGE, 40% dos que responderam ser católicos no Brasil diziam ser "não-praticantes".

Esses indivíduos geralmente discordam de políticas severas da igreja quanto ao uso do preservativo sexual o divórcio, uniões estáveis entre heterossexuais , união entre homossexuais, e o aborto.[30] A prática de "ficar", comum entre os jovens brasileiros, por exemplo, foi declarada em 2007 como algo próprio de "garotas de programa" pelo secretário-geral e porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa. É frequentemente usado nos dias de hoje o termo religiosidade para definir a atitude de tais adeptos que discordam das políticas da igreja mas que continuam a seguir seus ensinamentos básicos cristãos.

No ano de 2007, foram feitas duas pesquisas que apresentaram resultados divergentes. A primeira, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, dizia que o número de católicos parou de cair no Brasil depois de mais de 130 anos de queda, apontando como motivos a renovação da Igreja, e a grande comoção pela então recente morte do papa João Paulo II, estando o número de fieis estabilizado em 73%. Atualmente, uma pesquisa divulgada pelo Data Folha em 2010, registrou nova queda no número de fieis, apontando um percentual de 64% de católicos na população brasileira.

Renovação Carismática

A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento católico surgido nos Estados Unidos em meados da década de 1960. Ele é voltado para a experiência pessoal com Deus, particularmente através do Espírito Santo e dos seus dons. Esse movimento busca dar uma nova abordagem às formas de evangelização e renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística católicos. O movimento carismático católico foi influenciado em seu nascimento pelos movimentos pentecostais de origem protestante e até hoje esses dois grupos se assemelham em vários aspectos.

No Brasil, o movimento tomou força através da Canção Nova, Comunidade de Vida e Aliança criada pelo então Padre Jonas Abib (hoje Monsenhor) na cidade de Cachoeira Paulista para dar uma nova abordagem a temas polêmicos e morais e renovar conceitos já antigos da religião católica. Esse movimento ganhou força em meados dos anos 90 e já responde sozinho por grande parte dos católicos frequentantes no país. Possui um canal de televisão chamado Canção Nova e é presidido pelo Padre Jonas Abib.

Críticas

Anglo-catolicismo

O termo Anglo-catolicismo descreve pessoas, grupos, ideias, costumes e práticas dentro do anglicanismo que enfatizam a continuidade com a tradição católica.

Protestantismo

O protestantismo é a segunda maior forma de cristianismo, com mais de 1 Bilhão de adeptos em todo o mundo com mais de 40% de todos os cristãos. Originou-se com a Reforma Protestante, um movimento contra o que seus seguidores consideravam erros na Igreja Católica. Desde então, os protestantes rejeitam a doutrina católica romana da supremacia papal e dos sacramentos, mas discordam entre eles sobre a presença real de Cristo na Eucaristia. Eles enfatizam o sacerdócio de todos os crentes, a justificação pela fé (sola fide) em vez das boas obras e a autoridade da Bíblia sozinha (e não com a tradição sagrada) na fé e na moral (sola scriptura). As "Cinco Solas" resumem as diferenças teológicas básicas em oposição à Igreja Católica Romana.

O protestantismo é popularmente considerado como tendo começado na Alemanha em 1517, quando Martinho Lutero publicou suas 95 Teses como uma reação contra abusos na venda de indulgências pela Igreja Católica Romana, que pretendia oferecer remissão de pecado aos seus compradores. No entanto, o termo deriva da carta de protesto dos príncipes luteranos alemães em 1529 contra o édito da Dieta de Speyer, que condena os ensinamentos de Martinho Lutero como heréticos. Embora existissem rupturas anteriores e tentativas de reforma da Igreja Católica Romana - notadamente por Pedro Valdo, John Wycliffe e Jan Hus — somente Lutero conseguiu desencadear um movimento mais amplo, duradouro e moderno. No século XVI, o luteranismo se espalhou da Alemanha para Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Letônia, Estônia e Islândia. As denominações reformadas (ou calvinistas) espalharam-se na Alemanha, Hungria, Países Baixos, Escócia, Suíça e França por reformadores como João Calvino, Huldrych Zwingli e John Knox. A separação política da Igreja da Inglaterra do papa sob o governo do rei Henrique VIII fez surgir o anglicanismo na Inglaterra e no País de Gales, parte do movimento mais amplo da Reforma.

Os protestantes desenvolveram sua própria cultura, com importantes contribuições na educação, nas ciências humanas e nas ciências gerais, na ordem política e social, na economia e nas artes, e em muitos outros campos.



Vitral na Catedral de Rochester, em Kent. (Igreja Anglicana)

O protestantismo é diversificado, sendo mais dividido teologicamente e eclesiásticamente do que a Igreja Católica Romana, a Igreja Ortodoxa Oriental ou a Ortodoxia Oriental. Sem unidade estrutural ou autoridade humana central, os protestantes lideraram o conceito de uma igreja invisível em vez de um corpo de clérigos ou figuras institucionais. Algumas denominações têm um alcance mundial, enquanto outras são confinadas a um único país. A maioria dos protestantes são membros de um punhado de famílias denominacionais protestantes: adventistas, anglicanos, batistas, reformados, luteranos, metodistas e pentecostais. As igrejas não denominacionais, evangélicas, carismáticas, independentes e outras estão em ascensão e constituem uma parte significativa do cristianismo protestante. Os defensores da teoria da ramificação consideram o protestantismo uma das três principais divisões da cristandade, juntamente com a Igreja Católica Romana e a Ortodoxia (tanto ortodoxa quanto oriental).

O termo protestante é derivado (via francês ou alemão Protestant) do latim protestari. Significa declaração pública/protesto, referindo-se à carta de protesto por príncipes luteranos contra a decisão da Dieta de Speyer de 1529, que reafirmou o Édito de Worms de 1521, banindo as 95 teses de Martinho Lutero do protesto contra algumas crenças e práticas da Igreja Católica do século XVI.

O termo protestante não foi inicialmente aplicado aos reformadores, mas foi usado posteriormente para descrever todos os grupos que protestavam contra a Igreja Católica. Desde aquele tempo, o termo protestante tem sido usado

com diversos sentidos, muitas vezes como um termo geral para significar apenas os cristãos que não pertencem à Igreja Católica, Ortodoxa ou Ortodoxa Oriental.

Os "reformadores" foram pessoas de vasta cultura teológica e humanista: Calvino estudou em Sorbonne e seu pai era bispo; Lutero foi monge e professor universitário da Bíblia; Zuínglio era sacerdote e humanista. De acordo com o programa dos humanistas, eles buscaram nas fontes da antiguidade cristã as bases para uma renovação religiosa. Lendo a Bíblia e retornando aos Pais da Igreja, descobriram uma nova visão da fé e uma doutrina bíblica cristocêntrica.

Na Suíça de língua alemã, Ulrico Zuínglio, Johannes Oekolampad e outros começaram também uma tentativa de Reforma da Igreja Católica, de caráter mais urbano e enriquecida pelo humanismo de Erasmo de Roterdão. A princípio, a Igreja da Inglaterra não se deixou influenciar pelo protestantismo, mas depois de sua quebra com a Igreja de Roma, começou uma aproximação com os ideais Reformados. Atualmente, a maior parte das Igrejas da Comunhão Anglicana declaram-se Reformadas.

O protestantismo apresenta elementos em comum apesar de sua grande diversidade. A Bíblia é considerada a única fonte de autoridade doutrinal e deve ser interpretada de acordo com regras históricas e linguísticas, observando-se seu significado dentro de um contexto histórico. A salvação é entendida como um dom gratuito (presente, graça) de Deus alcançado mediante a fé. As boas obras não salvam, sendo resultados da fé e não causa de salvação. O culto sempre é no idioma vernáculo e em sua grande maioria é simples tendo como base as Escrituras Sagradas. O protestantismo histórico, conserva as crenças cristãs ortodoxas tais como a doutrina trinitária, a cristologia clássica, o credo niceno-constantinopolitano, entre outros. Os protestantes expressam suas posições doutriniais por meio de Confissões de Fé e breves documentos apologéticos. A Confissão de Augsburgo expressa a doutrina Luterana. As confissões reformadas incluem a Confissão Escocesa (1560), a segunda Confissão Helvética (1531), a Confissão de Fé de Westminster (1647), os 39 Artigos de Religião da Igreja da Inglaterra (1562), etc. As Declarações de Barmen contra o regime Nazista e a Breve Declaração de Fé da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos são exemplos de declarações de fé recentes.

O ensino religioso tem como base o estudo de catecismos. No luteranismo faz-se uso dos Catecismo Maior e Menor de Lutero. O Catecismo de Heidelberg e o Catecismo Maior e Menor de Westminster são utilizados pelas Igrejas Reformadas, como a presbiteriana. O protestantismo rejeita parte das doutrinas que caracterizam o catolicismo tais como: o purgatório, a supremacia papal,

as orações pelos mortos, a intercessão dos santos, a Assunção de Maria e sua virgindade perpétua, a veneração dos santos, a transubstanciação, o sacrifício da missa, o culto às imagens etc.

O protestantismo, em maior parte, segue a doutrina Agostiniana da eleição. Estabelece que a salvação é pela graça (favor imerecido) de Deus. Para os protestantes a autoridade da Igreja está vinculada à obediência da palavra de Deus e não à sucessão apostólica. Assim sendo, a Igreja cristã existe onde se escuta e obedece a palavra de Deus. O protestantismo se disseminou principalmente nos meios urbanos e por meio da nobreza. A difusão das ideias protestantes foi facilitada pela invenção da imprensa, que tornou possível a divulgação e a tradução da Bíblia nas línguas vernáculas. Desde então, as doutrinas cristãs passaram a necessitar do aval bíblico.

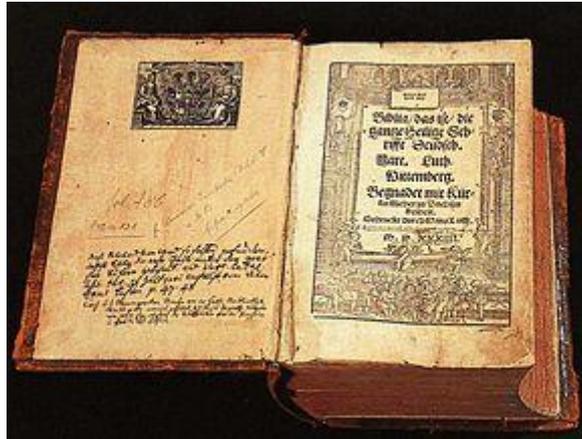
No Concílio de Trento, os bispos católicos partidários de Roma optaram por limitar o acesso laico às escrituras, proibindo a tradução da Bíblia para o vernáculo e impondo a Vulgata em latim como a única Bíblia autorizada e aumentando o índice de livros proibidos aos fiéis (Index Librorum Prohibitorum). A "Reforma" Protestante alcançou êxito em muitas áreas da Europa. Em sua forma Luterana é predominante no norte da Alemanha e em toda a península Escandinava. Na Escócia surgiu a Igreja Presbiteriana. As Igrejas Reformadas também frutificaram nos Países Baixos, na Suíça e no oriente da Hungria. Com o desenvolvimento dos impérios europeus, principalmente o Império Britânico, nos séculos XIX e XX o protestantismo continuou a se expandir, se tornando uma fé de escala mundial. Atualmente mais de 600 milhões de pessoas professam alguma das diferentes manifestações do protestantismo no mundo.

O protestantismo assumiu três formas básicas: a luterana, a Reformada (calvinista e Zwinglianos) e a anglicana. O protestantismo não possui organização centralizadora, porém suas igrejas estão organizadas em igrejas nacionais e em concílios internacionais tais como a Federação Luterana Mundial, a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas e a Comunhão Anglicana.

O trabalho missionário do século XIX levou a cooperação interdenominacional e conseqüentemente ao movimento ecumênico do qual surgiu o Conselho Mundial de Igrejas. Fora desse protestantismo, que muitos estudiosos denominam "protestantismo magisterial", surgiu outro ramo que se distinguiu tanto do catolicismo como das igrejas protestantes de caráter histórico-nacional. Este ramo recebe o nome de Reforma Radical. O historiador George Williams distingue as seguintes correntes dentro desta reforma: espiritualistas, racionalistas e anabatistas. Os anabatistas rejeitaram a união da igreja e estado e repudiaram o batismo infantil, constituindo-se em igrejas independentes ou segregadas. A maior aportação à modernidade

descansaria em sua persistente promoção da separação entre a igreja e o estado, a liberdade religiosa pessoal e o exercício de um governo plenamente democrático em suas congregações.

Princípios fundamentais



A Bíblia traduzida em vernáculo por Martinho Lutero. A suprema autoridade da Escritura é um princípio fundamental do protestantismo.

Sola scriptura (Somente a Escritura)



Martin Lutero 1529.

É o princípio no qual a Bíblia tem primazia em relação à tradição legada pelo magistério da Igreja, quando os princípios doutrinários entre esta e aquela forem conflitantes. Como Martinho Lutero afirmou quando a ele foi pedido para que voltasse atrás em seus ensinamentos: "portanto, a menos que eu seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou pelo mais claro raciocínio; a menos que eu seja persuadido por meio das passagens que citei; a menos que

assim submetam minha consciência pela Palavra de Deus, não posso retratar-me e não me retratarei, pois é perigoso a um cristão falar contra a consciência. Aqui permaneço, não posso fazer outra coisa; Deus queira ajudar-me. Amém." O protestantismo também defende a interpretação privada ou juízo privado dos textos bíblicos, conceito exposto por Lutero em outubro de 1520, quando enviou seu escrito "A Liberdade de um Cristão" ao Papa, acrescentando a frase significativa "eu não me submeto a leis ao interpretar a palavra de Deus". Disse Lutero também em outra ocasião que é "sempre melhor ver com nossos próprios olhos do que com os olhos de outras pessoas". O historiador William Sweet sugeriu que isso posteriormente originou o direito fundamental de liberdade religiosa, bem como a própria ideia de democracia.

Sola gratia (Somente a Graça ou Salvação Somente pela Graça)

Afirma que a salvação é pela graça de Deus apenas, e que nós somos resgatados de Sua ira apenas por Sua graça. A graça de Deus em Cristo não é meramente necessária, mas é a única causa eficiente da salvação. Esta graça é a obra sobrenatural do Espírito Santo que nos traz a Cristo por nos soltar da servidão do pecado e nos levantar da morte espiritual para a vida espiritual.

Sola fide (Somente a Fé ou Salvação Somente pela Fé)

Afirma que a justificação é pela graça somente, através da fé somente, por causa somente de Cristo. É pela fé em Cristo que Sua justiça é imputada a nós como a única satisfação possível da perfeita justiça de Deus.

Solus Christus (Somente Cristo)

Afirma que a salvação é encontrada somente em Cristo e que unicamente Sua vida sem pecado e expiação substitutiva são suficientes para nossa justificação e reconciliação com Deus o Pai. O evangelho não foi pregado se a obra substitutiva de Cristo não é declarada, e a fé em Cristo e Sua obra não é proposta.

Soli Deo gloria (Glória somente a Deus)

Afirma que a salvação é de Deus, e foi alcançada por Deus apenas para Sua glória.

Catolicismo e protestantismo

As diferenças entre a doutrina católica e a doutrina da maioria dos grupos protestantes é grande. Genericamente, as suas divergências mais significativas dizem respeito ao papel da oração e das indulgências; à comunhão dos santos; à doutrina do pecado original e da graça; à predestinação; à necessidade e natureza da penitência; e ao modo de obter a salvação, com os protestantes a defenderem que a salvação só se atinge apenas através da fé (sola fide), em

detrimento da crença católica de que a fé deve ser expressa também através das boas obras (essa grande divergência levou a um conflito sobre a doutrina da justificação).

Há também diferenças importantes na doutrina da Eucaristia e dos outros sacramentos (os protestantes só professam o Batismo e a Eucaristia, além do rito sacramental da confirmação, também conhecido como catecumenato); na existência do Purgatório; no culto de veneração à Virgem Maria e aos santos; na forma de interpretação (com os protestantes a defenderem a interpretação pessoal ou livre-exame das Sagradas Escrituras) e na composição do Cânone das Escrituras; no papel da Tradição oral; na própria natureza, autoridade, administração, hierarquia e função da Igreja (incluindo o papel da Igreja na salvação); no sacerdócio; e também na autoridade e missão do Papa.

Contudo, visto que entre as denominações protestantes há diferenças consideráveis, de alguns setores do anglicanismo, aproximam-se do catolicismo, autointitulando-se como anglo-católicos. Recentemente, o diálogo ecumênico moderno levou finalmente a alguns consensos sobre a doutrina da justificação entre os católicos e os luteranos, através da Declaração Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação (1999). Além disso, esse diálogo trouxe também vários consensos sobre outras questões doutrinárias importantes, nomeadamente entre os católicos e os anglicanos.

Anglicanismo

Anglicanismo é a designação de uma tradição dentro do Cristianismo que inclui a Igreja da Inglaterra e outras igrejas historicamente ligadas àquela ou que têm crenças, práticas e estruturas semelhantes. O termo Anglicano tem origem em ecclesia anglicana, uma expressão medieval latina datada de, pelo menos, 1246, e que significa Igreja Inglesa. Os adeptos do Anglicanismo são designados por Anglicanos. A grande maioria dos Anglicanos é membro de igrejas que fazem parte da Comunhão Anglicana internacional. Contudo, existem algumas igrejas fora da Comunhão Anglicana, que se consideram também Anglicanos, em particular aqueles que se designam por igrejas do Movimento Anglicano Contínuo.

A fé dos Anglicanos tem por base as escrituras, as tradições da Igreja Apostólica, e da sucessão apostólica ("episcopado histórico") e dos Pais da Igreja iniciais. O Anglicanismo é um dos ramos do Cristianismo ocidental; declarou a sua independência do pontificado romano no período da Regulamentação religioso de Isabel I, o qual é designado

por monasticismo britânico. Muitos dos formulários anglicanos de meados do século XVI são semelhantes àqueles do Protestantismo reformado contemporâneo. Estas reformas na Igreja de Inglaterra foram vistas pelo Arcebispo da Cantuária, Thomas Cranmer, como um meio termo entre duas das tradições Protestantes emergentes, nomeadamente o Luteranismo e Calvinismo. No final do século, a manutenção no Anglicanismo de muitas formas litúrgicas tradicionais, e o episcopado, eram vistas como inaceitáveis por aqueles que divulgavam os princípios do Protestantismo.

Na primeira metade do século XVII, a Igreja de Inglaterra e outras igrejas episcopais associadas na Irlanda e nas colónias inglesas na América, foram apresentadas por teólogos Anglicanos como tendo uma tradição cristã diferente, com teologias, estruturas e formas de oração que representavam um meio termo diferente, ou via media, entre a Reforma Protestante e o Catolicismo Romano — uma perspectiva que se tornaria muito influente nas teorias da identidade Anglicana, e foi expressa na descrição "Catholic and Reformed". No seguimento da Revolução Americana, as congregações Anglicanas nos Estados Unidos e no Canadá foram ambas reorganizadas em igrejas autónomas com os seus próprios bispos e estruturas autónomas; estas, com a expansão do Império Britânico e a actividade das Missões Cristãs, foram adoptadas como modelo a muitas recém-criadas igrejas, em particular em África, Australásia e nas regiões do Pacífico. No século XIX, o termo Anglicanismo era utilizado para descrever a tradição religiosa comum destas igrejas; a Igreja Episcopal Escocesa, embora com origem na Igreja da Escócia, acabou por ser reconhecida como também partilhando da mesma identidade comum.

O grau de distinção entre as tendências Reformistas e o Catolicismo ocidental dentro da tradição Anglicana é, habitualmente, uma matéria de debate tanto no seio das igrejas Anglicanas, como na Comunhão Anglicana. Único no Anglicanismo é o Book of Common Prayer, um livro de preces utilizado na maioria das igrejas anglicanas, há séculos. Embora tenha passado por várias revisões e as igrejas anglicanas, em diversos países, tenham elaborado outros livros de preces, o Prayer Book continua a ser reconhecido como um elo na Comunhão Anglicana. Não existe uma única Igreja Anglicana com autoridade jurídica universal, pois cada igreja nacional, ou regional, tem autonomia total. Como o nome sugere, as Igrejas da Comunhão Anglicana estão ligadas por laços afectivos e por lealdade. Estão em comunhão total com a Sé de Cantuária e, deste modo, com o Arcebispo da Cantuária, pessoalmente, é um ponto de convergência da unidade anglicana. Com um total estimado 90 milhões de membros, a Comunhão Anglicana é a terceira maior comunhão Cristã no mundo, atrás da Igreja Católica Apostólica Romana e da Igreja Ortodoxa.

O anglicanismo apresenta uma fusão de elementos católicos com elementos calvinista (Calvinismo).

Nestorianismo

O nestorianismo é uma doutrina cristológica proposta por Nestório, Patriarca de Constantinopla (428–431). A doutrina, que foi formada durante os estudos de Nestório sob Teodoro de Mopsuéstia na Escola de Antioquia, enfatiza a desunião entre as naturezas humana e divina de Jesus. Os ensinamentos de Nestório o colocaram em conflito com alguns dos mais proeminentes líderes da igreja antiga, principalmente Cirilo de Alexandria, que criticou-o particularmente por negar o título Teótoco ("Mãe de Deus") para a Virgem Maria. Nestório e seus ensinamentos foram condenados como heréticos no Primeiro Concílio de Éfeso em 431 e no Concílio de Calcedônia em 451, o que acabou por provocar o cisma nestoriano, no qual as igrejas que apoiavam Nestório deixaram o corpo da Igreja.

Porém, o crescimento da Igreja do Oriente no século VII e nos seguintes espalhou o nestorianismo por toda a Ásia. Há que se distinguir porém que nem todas as igrejas afiliadas com a Igreja do Oriente parecem ter seguido a cristologia nestoriana. A Igreja Assíria do Oriente, por exemplo, que reverencia Nestório, não segue a doutrina nestoriana histórica.

Nestório desenvolveu a sua cristologia como uma tentativa dedutiva e emocional de explicar e entender a encarnação do divino Logos, a segunda pessoa da Trindade, no homem Jesus Cristo. Ele estudou em Antioquia, onde seu mentor fora Teodoro de Mopsuéstia. Ele e outros teólogos da escola já vinham há muito tempo ensinando uma interpretação literal da Bíblia e enfatizavam a diferença entre as naturezas humana e divina de Jesus. Nestório levou consigo estas crenças quando foi apontado Patriarca de Constantinopla pelo imperador Teodósio II em 438

Os ensinamentos dele se tornaram então a raiz da controvérsia quando ele publicamente criticou o já tradicional título de Teótoco ("Mãe de Deus") para a Virgem Maria. Ele sugeriu que o título negava a humanidade plena de Cristo, argumentando que Jesus tinha duas naturezas vagamente relacionadas, a do divino Logos e a do humano Jesus. Assim, ele propôs o título Cristótoco ("Mãe de Cristo") como sendo mais adequado para Maria.

Os oponentes de Nestório acharam que este ensinamento estava muito próximo da já condenada heresia do adocionismo - a ideia que Cristo teria nascido um homem que foi depois "adotado" (escolhido) como filho de Deus. Nestório foi especialmente criticado por Cirilo, Patriarca de Alexandria, que argumentou que os ensinamentos de Nestório minavam a unidade entre as naturezas divina e humana de Cristo na Encarnação. Nestório por sua vez sempre insistiu que a sua visão seria a ortodoxa, mesmo depois que ela já

tinha sido considerada herética pelo Concílio de Éfeso em 431, levando ao cisma nestoriano.

O Nestorianismo é uma forma de diofismo e pode ser entendido como a antítese do monofisismo, que emergiu justamente como reação a ele. Enquanto o primeiro sustenta que Cristo teria duas naturezas vagamente unidas (divina e humana), o monofisismo contesta que ele teria apenas uma única natureza, a humana absorvida pela sua divindade. O monofisismo sobreviveu até hoje, transformado no miafisismo das modernas igrejas do oriente.

Primeiros anos e o cisma nestoriano

Nestorianismo se tornou uma seita distinta logo após o cisma nestoriano, iniciado na década de 430 Nestório tinha caído sob o ataque dos teólogos ocidentais, principalmente Cirilo. Este tinha tanto motivos teológicos quanto políticos para atacar Nestório, uma vez que além de acreditar que ele estava incorreto em suas crenças, ele também queria enfraquecer o líder de um patriarcado competidor. Cirilo e Nestório pediram ao Papa Celestino I que interviesse no assunto e ele entendeu que o título Teótoco era ortodoxo, mas autorizou que ambos se desculpassem. Porém, Cirilo se utilizou esta opinião para atacar ainda mais Nestório, que acabou por solicitar ao imperador Teodósio II que convocasse um concílio para que todas as mágoas fossem endereçadas corretamente.

Em 431, Teodósio convocou o Primeiro Concílio de Éfeso. Porém, o concílio acabou finalmente ficando ao lado de Cirilo, defendendo que Cristo é uma substância e uma natureza, e que a Virgem Maria é a mãe de Deus. O concílio também acusou Nestório de heresia e o depôs. O nestorianismo foi então oficialmente anatemizado, uma decisão posteriormente reforçada em Calcedônia em 451. Porém, uma quantidade de igrejas, principalmente as associadas com a Escola de Edessa, apoiaram Nestório - ainda que não necessariamente a sua doutrina completa - e se separaram das igrejas do ocidente. Após o cisma, muitos dos que apoiavam Nestório se mudaram para o Império Sassânida (Pérsia), onde eles se afiliaram às igrejas locais, conhecidas coletivamente como Igreja do Oriente.

Nestorianismo e a Igreja do Oriente

A Pérsia há muito já era refúgio de uma comunidade cristã que vinha sendo perseguida pela maioria zoroástrica, sob a acusação de ter "inclinações" romanas. Em 424, a igreja persa se declarou independente da igreja bizantina e de todas as outras igrejas, justamente para refutar estas acusações. Logo após o cisma, a Igreja da Pérsia cada vez mais se alinhou com os nestorianos, uma medida que foi encorajada pelas lideranças

zoroástricas e que, com o passar dos anos, levou-a a se tornar mais e mais nestoriana, ampliando assim o cisma entre ela e igreja calcedoniana.

Em 486, o metropolita de Nísibis (atual Nusaybin), Barsauma, publicamente aceitou o mentor de Nestório, Teodoro de Mopsuéstia, como uma autoridade espiritual. Em 489, quando a Escola de Edessa (em Edessa, Mesopotâmia) foi fechada pelo imperador bizantino Zenão I por suas tendências nestorianas, ela se mudou para sua cidade original, Nísibis, e se tornou novamente a Escola de Nísibis, provocando uma onda de migração nestoriana para a Pérsia. O patriarca dali, Mar Babai I (497–502), reiterou e expandiu a alta estima da igreja por Teodoro, solidificando então a adoção do nestorianismo entre membros da Igreja do Oriente.

A igreja emergiu mais forte após este período de atribulações e ampliou para ainda mais longe os seus esforços missionários. Missionários estabeleceram dioceses na península arábica e no subcontinente indiano entre os cristãos de São Tomé. Eles fizeram alguns avanços sobre o Egito, apesar da forte presença monofisista lá. Missionários foram também até a Ásia central e tiveram significativos sucessos em converter as tribos tártaras. Eles também se firmaram na China durante a dinastia Tang (618–907).

Atualmente subsistem a Igreja Assíria do Oriente na Índia e no Iraque, Irã, China e nos Estados Unidos e em outros lugares onde haja migrado comunidades cristãs dos países citados.

A Igreja Assíria do Oriente, que defende não ser totalmente nestoriana, teve um papel fundamental na conservação de antigos textos gregos que foram traduzidos para o siríaco. Mais tarde foram traduzidos para o árabe e no século XIII para o latim.

Os historiadores eclesiásticos Wilhelm Baum e Dietmar W. Winkler esclarecem que a Igreja do Oriente "não era propriamente nestoriana" em termos de doutrina.

A Igreja Assíria do Oriente moderna evita o rótulo "nestoriana". O atual líder da igreja, o católico Mar Dinkha IV, rejeitou explicitamente o termo por ocasião de sua consagração em 1976. Em 1994 Mar Dinkha IV e o papa João Paulo II assinaram uma "Declaração cristológica comum entre a Igreja Católica e a Igreja Assíria do Oriente" reforçando o caráter não nestoriano da Igreja do Oriente

Judaísmo humanístico

Judaísmo humanístico (em hebraico: יהדות הומניסטית ,Yahdut Humanistit) é um movimento judaico que oferece uma alternativa não-teísta na vida judaica contemporânea. Ele define o judaísmo como a experiência cultural e histórica

do povo judeu e encoraja judeus humanistas seculares a celebrarem sua identidade judaica através da participação em festas judaicas e eventos de ciclo de vida (como casamentos, bar e bat mitzvahs) com cerimônias inspiradas que se apoiam, mas vão para além da literatura tradicional.

Sua fundação filosófica inclui as seguintes ideias:

Um judeu é alguém que se identifica com a história, cultura, e o futuro do povo judeu;

Judaísmo é a cultura histórica do povo judeu, e a religião é apenas uma parte dessa cultura;

A identidade judaica está melhor preservada em um ambiente livre, pluralista;

As pessoas têm o poder e a responsabilidade de moldar suas próprias vidas independentes da autoridade sobrenatural;

Ética e moral deve servir as necessidades humanas, e as escolhas devem ser baseadas em consideração as conseqüências das ações ao invés de regras ou mandamentos pré-ordenados;

História judaica, como toda a história, é uma saga humana, uma prova da importância do poder humano e da responsabilidade humana. Textos tradicionais bíblicos e outros são os produtos da atividade humana e são mais bem compreendidas pela arqueologia e outras análises científicas.

A liberdade e dignidade do povo judeu deve ir de mãos dadas com a liberdade e a dignidade de cada ser humano.

Origens

Na sua forma atual, o judaísmo humanístico foi fundado em 1963 pelo rabino Sherwin Wine. Como um rabino instruído através do judaísmo reformista, com uma pequena congregação secular, não-teísta em Michigan, Wine desenvolveu uma liturgia judaica que refletia seu ponto de vista filosófico de sua congregação, enfatizando a cultura judaica, história e identidade, juntamente com ética humanista, excluindo todas as orações e referências a Deus. Sua congregação desenvolveu no Templo Birmingham, agora em Farmington Hills, Michigan. Logo uma antiga congregação reformista em Illinois, bem como um grupo em Westport, Connecticut começou a acompanhá-lo.

Em 1969, estas congregações e outros se uniram organizacionalmente, sob a égide da Sociedade para Judeus Humanistas (SHJ - Society for Humanistic Judaism). A sociedade tem 10 000 membros em 30 congregações espalhadas por todo os Estados Unidos e Canadá.

O Instituto Internacional do Judaísmo Secular Humanista foi fundado em 1986. É o centro acadêmico e intelectual de judaísmo humanístico. Foi criado em Jerusalém em 1985 e, atualmente, conta com dois centros de atividade: um em Jerusalém, Israel e outra em Lincolnshire, EUA. O rabino Adam Chalom é o decano da América do Norte. O instituto oferece programas de formação profissional para porta-vozes, educadores, líderes (também conhecidos em hebraico como madrikhim/ot ou em iídiche como vegvayzer), e rabinos, além de suas publicações, seminários e colóquios públicos para leigos.

Religiões afro-brasileiras

As religiões afro-brasileiras são aquelas originadas da cultura de diversos povos africanos trazidos como escravos ao Brasil, ao longo dos séculos XVI e XIX. Tendo um importante papel na preservação das tradições culturais dos diferentes grupos étnicos negros (afro-brasileiros), há também, atualmente, um grande número de brancos e outros grupos étnicos que aderem a tais religiões, em especial o candomblé e a umbanda.

Várias religiões afro-brasileiras possuem, em maior ou menor grau, influências de religiões vindas da Europa (Catolicismo, Kardecismo) ou dos povos ameríndios (religiões indígenas). Além disso, elas recebem diversas denominações regionais

Em quatros séculos de tráfico negreiro, cerca de 3,5 milhões de africanos aportaram no Brasil na condição de escravos, o equivalente a 37% do total do continente americano. Eles eram de diversas etnias: iorubás, fons, mahis, hauçás, éwés, ashantis, congos, quimbundos, umbundos, macuas, lundas e diversos outros povos, cada qual com sua própria religião e cosmogonia.

As religiões afro-brasileiras formaram-se em diferentes regiões e estados do Brasil e em diferentes momentos da história. Por isso, elas adotam não só diferentes formas rituais e diferentes versões mitológicas derivadas de tradições africanas diversificadas, como também adotam nome próprio diferente.

Além disso, as religiões tradicionais africanas, bem como o islamismo dos chamados malês (como os mahis e hauçás) entraram em contato e absorveram maiores ou menores quantidades de elementos de religiões indígenas, do Catolicismo e, mais recentemente, da Doutrina Espírita.

Entretanto, podem ser estabelecidas duas linhas principais de religiões africanas que tiveram maior influência no Brasil:

as religiões dos negros bantos, vindos do sul e oeste da África (Angola, República Democrática do Congo, Moçambique), que originaram diferentes cerimônias celebradas especialmente no Rio de Janeiro (como o candomblé bantu, e a umbanda). São também elementos folclóricos bantos, por exemplo, as festas de bumba-meu-boi, lutas de capoeira, jogos de dança, e o samba;

as religiões dos negros iorubás (nagôs) e daomeanos (jejes), originados do leste africano (em especial a Nigéria), cuja influência é predominante no Nordeste brasileiro, com os candomblés bahianos (como o candomblé ketu e o candomblé jeje).

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente. Quando, nas últimas décadas do século XIX, no período final da escravidão, os africanos trazidos em levas para o Brasil foram assentados nas cidades, eles puderam viver em maior contato uns com os outros, num processo de interação e liberdade de movimentos que antes não conheciam. A fixação urbana dos escravos forneceu as condições favoráveis à sobrevivência de algumas tradições religiosas africanas, com o aparecimento de grupos de culto organizados.

Segundo dados do censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, apenas 0,3% da população brasileira se declarou como adepta de religiões de origem afro. A Região Sul é a que apresenta a maior população relativa (0,6%), enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as menores (0,1%).

O censo revelou ainda uma forte concentração de afro-religiosos em municípios do sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, bem como na zona pantaneira do Mato Grosso do Sul, nas zonas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, no Triângulo Mineiro, no Recôncavo Baiano e nas proximidades da cidade de Codó (Maranhão). Nesses locais, o percentual varia de 0,6% a 5,9% dos habitantes destes municípios, índices muito acima da média nacional.

Os cinco estados com a maior proporção de afro-religiosos são o Rio de Janeiro (1,61%), Rio Grande do Sul (0,94%), São Paulo (0,42%), Bahia (0,33%) e Mato Grosso do Sul (0,26%).

Crenças

No tocante especificamente ao Candomblé, crê-se na sobrevivência da alma após a morte física (os Eguns), e na existência de espíritos ancestrais que, caso divinizados (os Orixás, cultuados coletivamente), não materializam; caso

não divinizados (os Egungun), materializam em vestes próprias para estarem em contacto com os seus descendentes (os vivos), cantando, falando, dando conselhos e auxiliando espiritualmente a sua comunidade. Observa-se que o conceito de "materialização" no Candomblé, é diferente do de "incorporação" na Umbanda ou na Doutrina Espírita.

Em princípio os Orixás só se apresentam nas festas e obrigações para dançar e serem homenageados. Não dão consulta ao público assistente, mas podem eventualmente falar com membros da família ou da casa para deixar algum recado para o filho. O normal é os Orixás se expressarem através do jogo de Ifá, (oráculo) e merindilogun.

Dependendo da nação ou linha de candomblé, os candomblés tradicionais não fazem a princípio contato com espíritos através da incorporação para consultas, é possível mas não é aceito.

Já o candomblé de caboclo tem uma ligação muito forte com caboclos e exus que incorporam para dar consultas, os caboclos são diferentes da Umbanda.

E existem os candomblés cujos pais de santo eram da Umbanda e passaram para o candomblé que cultuam paralelamente os Orixás e os guias de umbanda.

No candomblé, todo e qualquer espírito deve ser afastado principalmente na hora da iniciação, para não correr o risco de um deles incorporar na pessoa e se passar por orixá, o iyawo recolhido é monitorado dia e noite, recorrendo-se ao Ifá ou jogo de búzios para detectar a sua presença. A cerimónia só ocorre quando este confirma a ausência de Eguns no ambiente de recolhimento.

Afastam todo e qualquer espírito (egun), ou almas penadas, forças negativas, influências negativas trazidas por pessoas de fora da comunidade. Acredita-se que pessoas trazem consigo boas e más influências, bons e maus acompanhantes (espíritos), através do jogo de Ifá poderá se determinar se essas influências são de nascimento Odu, de destino ou adquiridas de alguma forma.

Os espíritos são cultuados, nas casas de candomblé, em uma casa em separado, sendo homenageados diariamente uma vez que, como Exu, são considerados protetores da comunidade.

Existem orixás que já viveram na terra, como Xangô, Oyá, Ogun, Oxossi. Viveram e morreram. Os que teriam feito parte da criação do mundo teriam se retirado para o Orun, caso de Obatalá e outros chamados Orixá funfun (branco).

Existem as árvores sagradas, que são as mesmas das religiões tradicionais africanas, onde os orixás são cultuados pela comunidade, como é o caso

de Iroko, Apaoká, Akoko, e também os orixás individuais de cada pessoa, que são parte do Orixá em si e a ligação da pessoa iniciada com o orixá divinizado.

Ou seja: numa pessoa que é de Xangô, seu orixá individual seria uma parte daquele Xangô divinizado com todas as suas características ou, como chamam, arquétipo.

Existe muita discussão sobre o assunto: uns dizem que o orixá pessoal é uma manifestação de dentro para fora, do Eu de cada um ligado ao orixá divinizado; outros dizem ser uma incorporação, mas isso é rejeitado por muitos membros do candomblé, que justificam que nem o culto aos Egungun é de incorporação e sim de materialização. Espíritos (Eguns) são despachados (afastados) antes de toda cerimônia ou iniciação do candomblé.

Cada uma das religiões tem seus termos próprios, iniciação, feitura, feitura de santo, raspar santo, são mais usados nos terreiros de candomblé, Candomblé de Caboclo, Cabula, Omoloko, Tambor-de-mina, Xangô do Nordeste, Xambá, no Batuque usa-se o termo fazer a cabeça ou feitura. No Culto de Ifá e no Culto aos Egungun usam o termo iniciação porém os preceitos são diferentes das outras religiões.

No candomblé o período de iniciação é de no mínimo sete anos, se inserem os rituais de passagem, que indicam os vários procedimentos dentro de um período de reclusão que geralmente é de 21 dias (podendo chegar a 30 dias dependendo da região), o aprendizado de rezas, cantigas, línguas sagradas, uso das folhas (folhas sagradas), catulagem, raspagem, pintura, imposição do adoxú e apresentação pública, é individual e faz parte dos preceitos de cada pessoa que entra para a religião dos orixás.

No candomblé Jeje, a iniciação ao culto dos voduns é complexa e longa, de no mínimo sete anos, o período de reclusão pode chegar a durar um ano, que pode envolver longas caminhadas a santuários e mercados, dentro do convento ou terreiro hunkpame, onde os neófitos são submetidos a uma dura rotina de danças, preces, aprendizagem de línguas sagradas e votos de segredo e obediência.

A princípio, nessas cerimônias, tem que haver o desprendimento total, na iniciação deve-se morrer para renascer com outro nome para uma nova vida, no candomblé Ketu o Orunkó do Orixá (só dito em público no dia do nome), no Candomblé bantu além do nome do Nkisi (jamais revelado), tem a dijína pelo qual será chamado o iniciado pelo resto da vida.

Quando uma pessoa iniciada morre é feito o desligamento do Egum, Nvumbe na cerimônia fúnebre e no Axexê, conhecido pelos nomes de sirrum e zerim, que varia dependendo do grau iniciático do morto.

Sincretismo

O orixá Obaluaiyê (acima) é frequentemente sincretizado com São Lázaro nos candomblés ketu e angola e ambos são associados ao vodum sapatá no candomblé jeje e no tambor-de-mina.

Uma característica muito presente nas religiões afro-brasileiras é o sincretismo religioso. Herkowitz (1958, apud HURBON, 1987) utiliza o conceito de reinterpretação para explicar esse fenômeno, "o processo pelo qual antigas significações são atribuídas a novos elementos ou novos valores, o que muda a significação cultural das formas antigas". A reinterpretação se faz em função do quadro cultural preexistente e das novas reorientações que ele se dá em presença de situações novas.

No caso da escravidão africana nas Américas, "as antigas significações" se referem à bagagem cultural do povos africanos traficados, que tiveram de se adaptar às "situações novas", ou seja, a negação de suas culturas em terras americanas e a imposição do catolicismo ou do protestantismo, dependendo da região.

Roger Bastide não nega o conceito de reinterpretação de Herkowitz, mas defende que a reinterpretação também está ligada às estruturas e mobilidades sociais. Defende que o fenômeno da reinterpretação está em parte condicionado pela discriminação entre classes sociais e em parte condicionado pela discriminação racial dentro da Igreja (como ocorreu no Brasil). Distingue ainda a aculturação material (com suporte nos conteúdos culturais em contato, onde está inserido o sincretismo religioso) e a aculturação formal (baseada na mudança de mentalidade)

Essas, entre outras hipóteses, explicam como foi possível no Brasil a existência, por exemplo, do culto a Ogum (orixá guerreiro dos iorubás) "disfarçado" de reverência ao guerreiro católico São Jorge da Capadócia. Ou ainda, a correlação entre os santos gêmeos São Cosme e São Damião e os os ibêjis, orixás gêmeos dos iorubás.

Budismo

Budismo (páli/sânscrito: □□□□□ □□□□ Buddha Dharma) é uma filosofia ou religião não teísta que surgiu originalmente na Índia por volta do século VI A.C. e abrange diversas tradições, crenças e práticas baseadas nos ensinamentos, o Darma (páli: Dhamma, sânscrito: Dharma), de Siddhartha Gautama, intitulado de Buddha. É dividido em três grandes tradições: theravada (também chamado de hinayana), mahayana e vajrayana (ou tantrayana). Essas tradições englobam as mais diversas escolas budistas como o zen, terra

pura, kadampa e o budismo tibetano. É estimado que existam 500 milhões de seguidores no mundo, sendo considerada a quinta maior religião em número de adeptos no mundo. O maior número de seus seguidores encontra-se no oriente em países como Japão, China, Tibete e Tailândia. No Brasil, segundo o censo de 2010, residem aproximadamente 245 mil budistas .

As escolas budistas variam sobre a natureza exata do caminho da libertação, a importância e canonicidade de vários ensinamentos e, especialmente, suas práticas. Entretanto, as bases das tradições e práticas são as Três Joias: o Buda (como seu mestre), o Dharma (ensinamentos baseados nas leis do universo) e a Sangha (a comunidade budista). Encontrar refúgio espiritual nas Três Joias ou Três Tesouros é, em geral, o que distingue um budista de um não budista. Outras práticas podem incluir a renúncia convencional de vida secular para se tornar um monge (sânscrito/páli: bhikkhu) ou monja (sânscrito/páli: bhikkhuni).

A vida de Buda



A grande estátua do Buda Amitaba em Kamakura, no Japão.

De acordo com a narrativa convencional, o Buda nasceu em Lumbini (hoje, patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) por volta do ano 566 a. C. e cresceu em Capilvasto: ambos, atuais localidades nepalesas. Logo após o nascimento de Sidarta, um astrólogo visitou o pai do jovem príncipe, Suddhodana, e profetizou que Sidarta ou iria se tornar um grande rei, ou renunciaria ao mundo material para se tornar um homem santo se, porventura, visse a vida fora das paredes do palácio.

O rei Suddhodana estava determinado a ver o seu filho se tornar um rei e, assim, impediu que ele saísse do palácio. Mas, aos 29 anos, apesar dos esforços de seu pai, Sidarta se aventurou por além do palácio diversas vezes. Em uma série de encontros (em locais conhecidos pela cultura budista como "quatro pontos"), ele soube do sofrimento das pessoas comuns, encontrando um homem velho, um outro doente, um cadáver e, finalmente, um asceta sadhu, representando a busca espiritual. Essas experiências levaram Gautama, eventualmente, a abandonar a vida material e ir em busca de uma vida espiritual.

Sidarta Gautama estudou sob diferentes mestres e desencantou-se com o resultado alcançado pelo que ensinavam. Chegou a praticar ascetismo, como jejum prolongado, restrição da respiração, e outras formas de exposição a dor, muito comuns naquele tempo na Índia, e quase morreu ao longo do processo. Mas houve um episódio no qual uma jovem lhe ofereceu comida e ele aceitou: isso marcou sua renúncia a tais práticas. Concluiu que as práticas ascéticas extremas não traziam os resultados que buscava. Deduziu, então, que as práticas eram prejudiciais aos praticantes. Ele abandonou o ascetismo, concentrando-se na meditação anapanasati, através da qual descobriu o que hoje os budistas chamam de "caminho do meio": um caminho que não passa pela luxúria e pelos prazeres sensuais, mas que também não passa pelas práticas de mortificação do corpo. Em outras palavras, o caminho do meio não seria o caminho do apego a qualquer coisa, nem também o caminho da negação ou aversão a qualquer coisa, e sim uma terceira via.

Quando tinha 35 anos de idade, Sidarta sentou-se embaixo de uma figueira-dos-pagodes (*Ficus religiosa*) hoje conhecida como árvore de Bodhi, localizada em Bodh Gaya, na Índia, e prometeu não sair dali até conseguir atingir a iluminação espiritual.

A lenda diz que Sidarta conheceu a dúvida sobre o sucesso de seus objetivos ao ser confrontado por um demônio chamado Mara, que simboliza o mundo das aparências, a tentação, comparado ao papel de Satanás no cristianismo, e muitas vezes representado por uma cobra naja. Mara teria oferecido todos os tipos de prazeres e tentações a Sidarta, que, implacavelmente, repeliu Mara. Vencido Mara, Sidarta acordou para a Verdade, a Verdade da origem, da cessação e do caminho que levava ao fim do sofrimento, e se iluminou. Assim, por volta dos quarenta anos, Sidarta se transformou no Buda, o Iluminado.

Logo, atraiu um grupo de seguidores e instituiu uma ordem monástica. A partir de então, passou seus dias ensinando o dharma, viajando por toda a parte nordeste do subcontinente indiano. Ele sempre enfatizou que não era um deus e que a capacidade de se tornar um budista pertencia ao ser humano. Faleceu aos oitenta anos de idade, em 483 a. C., em Kushinagar, na Índia.

Os estudiosos se contradizem em relação às afirmações sobre a história e os fatos da vida de Buda. A maioria aceita que ele viveu, ensinou e fundou uma ordem monástica, mas não aceita de forma consistente os detalhes de sua biografia. Segundo o escritor Michael Carrithers, em seu livro *O Buda*, o esboço de uma vida tem que ser verdadeiro: o nascimento, a maturidade, a renúncia, a busca, o despertar e a libertação, o ensino e a morte.

Ao escrever uma biografia sobre Buda, Karen Armstrong disse: "É obviamente difícil, portanto, escrever uma biografia de Buda, atendendo aos critérios modernos, porque temos muito pouca informação que pode ser considerada 'histórica'... mas podemos estar razoavelmente confiantes, pois Siddharta Gautama realmente existiu e os seus discípulos preservam a sua memória, sua vida e seus ensinamentos".

Conceitos budistas

A vida e o mundo

Carma: lei de causa e efeito

No budismo, o Carma (do sânscrito कर्म, transl. karmam, e em pali, kamma, "ação") é a força de samsara sobre alguém. Boas ações (páli: kusala), e/ou ações ruins (páli: akisala) geram "sementes" na mente, que virão a aflorar nesta vida ou em um renascimento subsequente. Com o objetivo de cultivar as ações positivas, o sila é um conceito importante do budismo, geralmente, traduzido como "virtude", "boa conduta", "moral" e "preceito".

O carma, na filosofia budista, refere-se especificamente a essas ações (do corpo, da fala e da mente) que brotam da intenção mental (páli: cetana)[25] e que geram consequências (frutos) e/ou resultados (vipaka). Cada vez que uma pessoa age, há alguma qualidade de intenção em sua mente e essa intenção muitas vezes não é demonstrada pelo seu exterior, mas está em seu interior e determinará os efeitos dela decorrentes.

No budismo Teravada, não pode haver salvação divina ou perdão de um carma, uma vez que é um processo puramente impessoal que faz parte do Universo. Outras escolas, como a Maaiana, porém, têm opiniões diferentes. Por exemplo, os textos dos sutras (como o Sutra do Lótus, Sutra de Angulimala e Sutra do Nirvana) afirmam que, recitando ou simplesmente ouvindo seus textos, as pessoas podem expurgar grandes carmas negativos. Da mesma forma, outras escolas, Vajrayana por exemplo, incentivam a prática dos mantras como meio de cortar um carma negativo.

Renascimento

Renascimento se refere a um processo pelo qual os seres passam por uma sucessão de vidas como uma das muitas formas possíveis de senciência. Entretanto, o budismo, natural da Índia, rejeita conceitos de "autoestima" permanente ou "mente imutável", eterna, como é chamada no cristianismo e até mesmo no hinduísmo, pois, no budismo, existe a doutrina do anatta, sobre a inexistência de um "eu" permanente e imutável.

De acordo com o budismo, o renascimento em existências subseqüentes deve antes ser entendido como uma continuação dinâmica, um constante processo de mudança - "originação dependente" (sânscrito: pratītya-samutpāda) - determinado pelas leis de causa e efeito (carma), em vez da noção de um ser encarnado ou transmigrado de uma existência para outra.

Cada renascimento ocorre dentro de um dos seis reinos, de acordo com os nossos reinos de desejos, podendo variar de acordo com as escolas:

Reino dos seres dos infernos: aqueles que vivem em um dos muitos infernos;

Reino dos fantasmas famintos: o reino de seres que padecem de necessidades sem alívio, sofrimento, remorsos, fome, sede, nudez, miséria, sintomas de doenças, entre outros;

Reino animal: um espaço de divisão com os humanos, mas considerado como outra vida;

Reino dos seres humanos: um dos reinos de renascimento, em que é possível atingir o nirvana.

Reino dos semideuses: variavelmente traduzido como "divindades humildes", titãs e antideuses; não é reconhecido pelas escolas Teravada e Maaiana, que os consideram como devas de nível mais baixo;

Reino divino: comparado ao paraíso.

O renascimento em alguns dos céus mais altos, conhecido como o mundo de Śuddhāvāsa (moradas puras), pode ser alcançado apenas por pessoas com enorme realização espiritual, conhecidos como não regressistas (sânscrito: anāgāmis). Já o renascimento no reino sem forma (sânscrito: arupa-dhatu) pode ser alcançado apenas por aqueles que podem meditar sobre o arupajhanas, o maior objeto de meditação.

De acordo com o budismo praticado no leste asiático e o budismo tibetano, há um estado intermediário (o bardo) entre uma vida e a próxima. A posição Teravada ortodoxa rejeita esse conceito, no entanto existem passagens no Samyutta Nikaya do Cânone Páli (coleção de textos em que a tradição Teravada é baseada) que parecem dar apoio à ideia de que o Buda ensinou que existe um estado intermediário entre esta vida e a próxima.

O ciclo de samsara

Samsara é o ciclo das existências nas quais reinam o sofrimento e a frustração engendrados pela ignorância e pelos conflitos emocionais que dela resultam. O samsara compreende os três mundos superiores (deva, espiritual e seres humanos) e os três inferiores (seres ignorantes, inferiores e animais), julgados não por um valor, mas em função da intensidade de sofrimento.

Os budistas acreditam, em sua maioria, no samsara. Este, por sua vez, é regido pelas leis do carma: a boa conduta produzirá bom carma e a má alma produzirá carma maléfico. Assim como os hindus, os budistas interpretam o samsara não esclarecido como um estado de sofrimento. Só nos libertaremos do samsara se atingirmos o estado total de aceitação, visto que nós sofremos por desejar coisas passageiras, e alcançarmos o nirvana ou a salvação.

Sufrimento: causas e soluções

As Quatro Nobres Verdades

De acordo com o Cânone Páli, As Quatro Nobres Verdades foram os primeiros ensinamentos deixados pelo Buda depois de atingir o nirvana. Algumas vezes, são consideradas como a essência dos ensinamentos do Buda e são apresentadas na forma de um diagnóstico médico:

a vida como a conhecemos é finalmente levada ao sofrimento e/ou mal-estar (dukkha), de uma forma ou outra;

o sofrimento é causado pelo desejo (trishna). Isso é, muitas vezes, expressado como um engano agarrado a um certo sentimento de existência, a individualidade, ou para coisas ou fenômenos que consideramos causadores da felicidade e infelicidade. O desejo também tem seu aspecto negativo;

o sofrimento acaba quando termina o desejo. Isso é conseguido através da eliminação da ilusão (maya). Assim, alcançamos o estado de libertação do iluminado (bodhi);

esse estado é conquistado através dos caminhos ensinados pelo Buda.

Esse método é descrito por alguns acadêmicos ocidentais e ensinado como uma introdução ao budismo por alguns professores contemporâneos do Maaiana, como por exemplo o 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso.

De acordo com outras interpretações de mestres budistas e eruditos, e recentemente reconhecidas por alguns estudiosos ocidentais não budistas, as "verdades" não representam meras declarações e/ou indicações, entretanto estas podem ser agrupadas em dois grupos:

o sofrimento e as causas do sofrimento;

a cessação do sofrimento e os caminhos para a libertação.

Assim, a Enciclopédia Macmillan de Budismo simplifica As Quatro Nobres Verdades, deixando-as da seguinte maneira:

"A Verdade Nobre Que Está Sofrendo";

"A Verdade Nobre Que É O Surgimento do Sofrimento";

"A Verdade Nobre Que É O Fim do Sofrimento";

"A Verdade Nobre Que Produz o Caminho para o Fim do Sofrimento".

A compreensão tradicional do teravada sobre As Quatro Nobres Verdades é que estas são um ensino avançado para aqueles que estão "prontos". A posição maaiana é que eles são ensinamentos prejudiciais para as pessoas que ainda não estão prontas para ensinar. No Extremo Oriente, os ensinamentos são pouco conhecidos.

O Nobre Caminho Óctuplo

O Nobre Caminho Óctuplo - A Quarta Nobre Verdade do Buda - é o caminho para a o fim do sofrimento (dukkha). Tem oito seções, cada uma começando com a palavra samyak (que em sânscrito significa "corretamente" e "devidamente"), e são apresentadas em três grupos:

prajna: é a sabedoria que purifica a mente, permitindo-lhe atingir uma visão espiritual da natureza de todas as coisas. Engloba:

dr̥ṣṭi (dit̥thi): ver a realidade como ela é, não apenas como parece ser;

sam̥kalpa (sankappa): a intenção de renúncia, de liberdade e inocuidade.

sila: é a ética ou moral, a abstenção de atos nocivos. Engloba:

vāc vāc (vāca): falando de uma maneira verdadeira e não ofensiva;

karman (kammanta): agir de uma maneira não prejudicial;

ājīvana (ājīva): o meio de vida deve seguir os preceitos citados anteriormente.

samadhi: é a disciplina mental necessária para desenvolver o domínio sobre a própria mente. Isso é feito através de práticas. Engloba:

vyāyāma vyāyāma (vāyāma): fazer um esforço para melhorar;

sm̥ṛti (sati): ver as coisas como elas estão com a consciência clara da realidade presente dentro de si mesmo, sem desejo ou aversão;

samādhi (samādhi): meditar ou concentrar-se de maneira correta.

A prática do Caminho Óctuplo é compreendida de duas maneiras: desenvolvimento simultâneo dos oito itens paralelamente, ou como uma série progressiva pela qual o praticante se move, ao conquistar um estágio. Contudo, os quatro nikāyas principais e o Caminho Óctuplo, geralmente, não são ensinados para leigos e são pouco conhecidos no Extremo Oriente.

Espiritismo

Espiritismo, doutrina espírita, kardecismo ou espiritismo kardecista é uma doutrina religiosa e filosófica mediúnic ou moderno espiritualista. Foi "codificada" (ou seja, tomou corpo de doutrina - pela universalidade dos ensinamentos dos espíritos) pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, usando o pseudônimo Allan Kardec.

Apesar de ser uma religião completa e autônoma apenas no Brasil, o espiritismo tem se expandido e, segundo dados do ano 2005, conta com cerca de 15 milhões de adeptos espalhados entre diversos países, como Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica[16] Estados Unidos, Japão, Alemanha, Argentina, Canadá, e, principalmente, Cuba, Jamaica e Brasil, sendo que este último tem a maior quantidade de adeptos no mundo. No entanto, vale frisar que é difícil estipular a quantidade existente de espíritas, pois as principais estipulações sobre isso são baseadas em censos demográficos em que se é perguntado qual a religião dos cidadãos, porém nem todos os espíritas interpretam o Espiritismo como religião.

Depois de observar e analisar as mesas girantes, o professor Rivail ficou intrigado com o fato de que como poderia a mesa se mover se ela não possui músculos ou formular respostas se ela não tem um cérebro. E foi o próprio agente causador do fenômeno que teria respondido: "Não é a mesa que pensa! Somos nós, as almas dos homens que viveram na Terra". Então, o professor Rivail foi estudar este e outros fenômenos, tal como a chamada "incorporação" (o termo incorretamente dá a ideia de que o espírito entra em um corpo como a água que enche um copo - quando, na verdade, o fenômeno é psíquico) e outros "fenômenos mediúnicos" (causados por inteligências incorpóreas ou imateriais, os espíritos) e anímicos. Kardec definiu o espiritismo como "a doutrina fundada sobre a existência, as manifestações e o ensino dos espíritos". Segundo ele, o espiritismo alia ciência, filosofia e religião, buscando uma melhor compreensão não apenas do universo tangível (científico), mas também do universo a esse transcendente (religião). O termo Spiritisme foi criado por Kardec em 1857 para definir o corpo de ideias reunidas em seu "O Livro dos Espíritos" e destacar as diferenças do espiritismo em relação ao espiritualismo.

A doutrina espírita é baseada em cinco "obras básicas", chamadas de Codificação Espírita, publicada por Kardec entre 1857 e 1868. A codificação

é composta por O Livro dos Espíritos, O Livro dos Médiuns, O Evangelho segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno e A Gênese. Somam-se ainda as chamadas obras "complementares", como O Que é o Espiritismo?, Revista Espírita e Obras Póstumas. Mesmo não sendo reconhecida como ciência, seus adeptos consideram-no uma doutrina de cunho científico-filosófico-religioso voltada para o aperfeiçoamento moral do homem e acreditam na existência de um Deus único, na possibilidade de comunicação útil com os espíritos através de médiuns e na reencarnação como processo de crescimento espiritual e justiça divina. O espiritismo também é conhecido por influenciar e promover um movimento social de instituições de caridade e saúde, que envolve milhões de pessoas em dezenas de países.

O termo espiritismo (do francês antigo "spiritisme", onde "spirit": espírito + "isme": doutrina) surgiu como um neologismo, mais precisamente uma palavra-valise, criada pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (conhecido por Allan Kardec) para nomear especificamente o corpo de ideias por ele sistematizadas em "O Livro dos Espíritos"

Contudo, a utilização do termo, cuja raiz é comum a diversas nações ocidentais de origem latina ou anglo-saxônica, fez com que ele fosse rapidamente incorporado ao uso cotidiano para designar tudo o que dizia respeito à alegada comunicação com os espíritos. Assim, por espiritismo, entendem-se hoje as várias doutrinas religiosas e/ou filosóficas que creem na sobrevivência dos espíritos à morte dos corpos, e, principalmente, na possibilidade de se comunicar com eles, casual ou deliberadamente, via evocações ou espontaneamente. Essa apropriação do termo cunhado por Kardec, por parte de adeptos de outras tradições espiritualistas, é criticada pelos seguidores contemporâneos do pedagogo francês, que o reivindicam para designar a sua doutrina específica.

O termo "kardecista" é repudiado por parte dos adeptos da doutrina que reservam a palavra "espiritismo" apenas para a doutrina tal qual codificada por Kardec, afirmando não haver diferentes vertentes dentro do espiritismo, e denominam correntes diversas de "espiritualistas". Estes adeptos entendem que o espiritismo, como corpo doutrinário, é um só, o que tornaria redundante o uso do termo "espiritismo kardecista". Assim, ao seguirem os ensinamentos codificados por Allan Kardec nas obras básicas (ainda que com uma tolerância maior ou menor a conceitos que não são estritamente doutrinários, como a apometria), denominam-se simplesmente "espíritas", sem o complemento "kardecista". A própria obra desaprova o emprego de outras expressões como "kardecista", definindo que os ensinamentos codificados, em sua essência, não se ligam à figura única de um homem, como ocorre com o cristianismo ou o budismo, mas a uma coletividade de espíritos que eles acreditam que se manifestaram através de diversos médiuns naquele momento histórico, e que se esperava que continuassem a comunicar, fazendo com que aquele próprio

corpo doutrinário se mantivesse em constante processo evolutivo. Outra parcela dos adeptos, no entanto, considera o uso do termo "kardecismo" apropriado. O uso deste termo é corroborado por fontes lexicográficas como o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa e o Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa.

As expressões nasceram da necessidade de alguns em distinguir o "espiritismo" (como originalmente definido por Kardec) dos cultos afro-brasileiros, como a Umbanda. Estes últimos, discriminados e perseguidos em vários momentos da história recente do Brasil, passaram a se autointitular espíritas (em determinado momento com o apoio da Federação Espírita Brasileira), num anseio por legitimar e consolidar este movimento religioso, devido à proximidade existente entre certos conceitos e práticas destas doutrinas. Seguidores mais ortodoxos de Kardec, entretanto, não gostaram de ver a sua prática associada aos cultos afro-brasileiros, surgindo assim o termo "espírita kardecista" para distingui-los dos que passaram a ser denominados como "espíritas umbandistas".

Segundo seguidores e simpatizantes da Doutrina Espírita, os fenômenos mediúnicos seriam universais e teriam sempre existido, inclusive com fartos relatos na Bíblia. Entre outros, os espíritas citam como exemplos mediúnicos bíblicos a proibição de Moisés à prática da "consulta aos mortos", que seria uma evidência da crença judaica nessa possibilidade, já que não se interdita algo irrealizável; a consulta de Saul, primeiro rei do antigo Reino de Israel, à Bruxa de Endor, em I Samuel 28:1-25, que vê e ouve o Espírito desencarnado de Samuel, o último dos juízes de Israel e o primeiro dos profetas registrados na história do seu povo; a comunicação de Jesus com Moisés e Elias no Monte Tabor na Transfiguração de Jesus (Mateus 17:1-9).

Na filosofia antiga também há exemplos: nos Diálogos de Platão, este fala sobre o daimon ou gênio que acompanharia Sócrates.

Muitos espíritas adotam a data de 31 de março de 1848 (início dos acontecimentos mediúnicos na residência das Irmãs Fox em Hydesville, EUA) como o marco inicial das modernas manifestações mediúnicas, alegadamente mais ostensivas e frequentes do que jamais ocorrera, o que levou muitos pesquisadores a se debruçarem sobre tais fenômenos. No entanto, para Sir Arthur Conan Doyle e vários outros espíritas, o marco inicial das modernas manifestações mediúnicas foi na verdade Emanuel Swedenborg, polímata sueco do século XVII. Segundo Conan Doyle, a espiritualidade de Swedenborg marcou o início da era em que fenômeno mediúnico deixou de ter caráter esporádico, para transformar-se numa espécie de "invasão espiritual organizada" na Terra.

Durante o século XIX houve uma grande onda de manifestações mediúnicas nos Estados Unidos[61][62] e na Europa. Estas manifestações consistiam principalmente de ruídos estranhos, pancadas em móveis e objetos que se moviam ou flutuavam sem nenhuma causa aparente. No final dos anos 1840 destacou-se o suposto caso das Irmãs Fox, nos EUA.

Em 1855, o professor Denizard Rivail, que depois adotou o pseudônimo de Allan Kardec, pretendia investigar o fenômeno que muitas pessoas afirmavam ter experimentado na época, das mesas girantes ou dança das mesas, em que mesas e objetos em geral pareciam animar-se com uma estranha vitalidade. Apesar de iniciais afirmações bastante duvidosas em relação ao fenômeno "Eu creerei quando vir e quando conseguirem provar-me que uma mesa dispõe de cérebro e nervos, e que pode se tornar sonâmbula; até que isso se dê, deem-me a permissão de não enxergar nisso mais que um conto para dormir em pé", assegura-se que após dois anos de pesquisas, não tinha constatado um motivo para englobar todos os acontecimentos dessa ordem no âmbito das falácias e/ou charlatanices. Pessoalmente convencido não só da realidade do fenômeno, que considerou essencialmente real apesar das mistificações existentes, mas também acreditando que eles eram realmente causados por influência de espíritos, Rivail passou a promover novos métodos de estudo para a identificação deste e outros fenômenos do tipo. mas sagrou-se principalmente a divulgar suas concepções sobre consequências ético-morais a elas relacionadas.

“ O verdadeiro Espírita não é aquele que crê nas manifestações, mas aquele que aproveita o ensinamento dado pelos Espíritos. De nada serve crer, se a crença não o faz dar um passo à frente no caminho do progresso, e não o torna melhor para o seu próximo ”

Quanto à sua formação, foi discípulo de Pestalozzi (discípulo, por sua vez, de Rousseau) e membro de diversas sociedades acadêmicas. O seu principal intuito como espírita era dar algum suporte à espiritualidade humana numa época em que a ciência avançava a passos largos e as religiões perdiam cada vez mais adeptos. Kardec julgava ter encontrado um novo modo de pensar o real, que uniria, de forma ponderada, a ascendente ciência e a decadente religião. Analisou relatos de inúmeras ocorrências mediúnicas espalhadas pela Europa e Estados Unidos, unificando as informações que interpretou a fim de codificar esse tipo de prática e os ensinamentos transmitidos. Assim, Kardec defendia que fazia uso do empirismo científico para investigar os fenômenos, da racionalidade filosófica para dialogar com o que presumiu serem espíritos e analisar suas proposições, e buscou extrair desses diálogos consequências ético-morais úteis para o ser humano. Surgia aí, mais

precisamente em 18 de abril de 1857, a doutrina espírita, sistematizada na primeira edição de O Livro dos Espíritos.

Nos Estados Unidos, desde os primórdios de seu aparecimento, o Espiritismo tem sido mais comumente denominado "Moderno Espiritualismo", em face da introdução de um caráter científico-filosófico-religioso novo nas ideias já existentes do espiritualismo. Nos países de língua inglesa, assim como boa parte da Europa, o espiritismo ainda é considerado, primordialmente, uma ciência de observação dos fenômenos espiritualistas (uma espécie de "espiritualismo científico ou experimental") e, muito menos, como uma religião. O Espiritualismo norte-americano e inglês evoluiu de forma bem diferente do que é conhecido como Espiritismo ou Doutrina Espírita, conforme codificado por Allan Kardec.

As mesas girantes

Segundo seus biógrafos, Allan Kardec foi convidado por Fortier, um amigo estudioso das teorias de Franz Anton Mesmer, a verificar, observar e analisar o fenômeno chamado de mesas girantes, um tipo de sessão espírita popular no século XIX. As primeiras manifestações de mesas girantes observadas por ele aconteceram por meio de mesas se levantando e batendo, com um dos pés, um número determinado de pancadas e respondendo, desse modo, sim ou não, segundo fora convencionado, a uma questão proposta.

Apesar da crença que supostos espíritos ou gênios movimentavam as mesas, experimentos científicos de Michael Faraday publicados em 1853 mostraram que os movimentos eram causados pelo efeito ideomotor e descartaram as explicações paranormais para o fenômeno das mesas girantes. O efeito ideomotor também causa os movimentos observados no chamado tabuleiro ouija e na "brincadeira do copo", nos quais os participantes movimentam marcadores involuntariamente sobre letras e números e também atribuem os movimentos a supostos espíritos ou gênios.

Kardec, analisando esses fenômenos, concluiu que não havia nada de convincente neste método para os céticos, porque se podia acreditar num efeito da eletricidade, cujas propriedades eram pouco conhecidas pela ciência de então. Foram então utilizados métodos para se obter respostas mais desenvolvidas por meio das letras do alfabeto: a mesa batendo um número de vezes corresponderia ao número de ordem de cada letra, chegando, assim, a formular palavras e frases respondendo às perguntas propostas. Kardec concluiu que a precisão das respostas e sua correlação com a pergunta não poderiam ser atribuídas ao acaso. O ser misterioso que assim respondia, quando interrogado sobre sua natureza, declarou que era um espírito ou gênio, deu o seu nome e forneceu diversas informações a seu respeito.

Posteriormente o fenômeno diminuiu de popularidade e chegou a tornar-se anedótico.

Por volta da mesma época Victor Hugo e Gerard de Nerval[82] tornam-se crentes nas mesas girantes. Victor Hugo, durante seu exílio na ilha de Jersey (1851-1855), participou de inúmeras sessões de mesas girantes com seu amigo Auguste Vacquerie e passou a acreditar que havia entrado em contato com espíritos de falecidos, inclusive sua filha Léopoldine (morta por afogamento) e grandes escritores como Shakespeare, Dante, Racine e Molière. Diante de experiências com as mesas, Victor Hugo se converteu ao espiritismo e, em 1867, clamou que a ciência deveria dar atenção e seriedade para os fenômenos das mesas: "A mesa girante ou falante foi bastante ridicularizada. Falemos claro. Esta zombaria é injustificável. Substituir o exame pelo menosprezo é cômodo, mas pouco científico. Acreditamos que o dever elementar da Ciência é verificar todos os fenômenos, pois a Ciência, se os ignora, não tem o direito de rir deles. Um sábio que ri do possível está bem perto de ser um idiota. Sejamos reverentes diante do possível, cujo limite ninguém conhece, fiquemos atentos e sérios na presença do extra-humano, de onde viemos e para onde caminhamos".

Continuadores da Doutrina Espírita

São continuadores da doutrina e de fundamental importância para sua expansão: Arthur Conan Doyle, Albert de Rochas, Alexandre Aksakof, Amalia Domingo Soler, Bezerra de Menezes, Camille Flammarion, Cairbar Schutel, Cesare Lombroso, Chico Xavier, Deolindo Amorim, Divaldo Franco, Emídio Brasileiro, Ernesto Bozzano, Eurípedes Barsanulfo, Gabriel Delanne, Gustave Geley, Herculano Pires, Hernani G. Andrade, Hermínio C. Miranda, João Nunes Maia, José Petitinga, Léon Denis, Oliver Lodge, Raul Teixeira, Paul Gibier, Vera Kryzhanovskaia, Waldo Vieira (até 1965), William Crookes, Yvonne Pereira, Zilda Gama, entre outros.

Psiquiatra e parapsicólogo espírita brasileiro da Universidade Federal de Juiz de Fora, Alexander Moreira-Almeida faz ampla divulgação de suas pesquisas, com resultados que sustentam dogmas da doutrina espírita como a mediunidade. Ele analisou a veracidade de cartas psicografadas por Chico Xavier.

Princípios

Nascido no século XIX, no dia 18 de Abril de 1857, com a publicação de O Livro dos Espíritos, o Espiritismo se estruturou a partir de pretensos diálogos estabelecidos com espíritos desencarnados que, se manifestando por meio de médiuns, discorreram sobre temas científicos, religiosos e filosóficos sob a ótica da moral cristã, ou seja, tendo por princípio o amor ao próximo, trazendo

à luz novas perspectivas sobre diversos temas de grande relevância filosófica e teológica. Desta forma foi estabelecido um dos preceitos básicos do espiritismo que é a importância da caridade, (Lema: Fora da caridade não há salvação) entendida como sendo a benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros e perdão das ofensas.



"Nascer, morrer, renascer ainda e progredir sem cessar, tal é a lei", em francês no túmulo de Kardec.

O Espiritismo pretende chegar à compreensão da realidade mediante a integração entre as três formas clássicas de conhecimento, que seriam a ciência, a filosofia e a religião. A doutrina espírita se propõe, assim, a estabelecer um diálogo entre as três, visando à obtenção de uma forma original que, a um só tempo, fosse mais abrangente e mais profunda, para desta forma melhor compreender a realidade. Kardec sintetiza o conceito com a célebre frase: "Fé inabalável só o é a que pode encarar frente a frente a razão em todas as épocas da humanidade".

Segundo o filósofo espírita Herculano Pires, "Filosofia Espírita, como disse Kardec, pertence genericamente ao que costumamos chamar Filosofia Espiritualista, porque a sua visão do Universo não se prende à Matéria, mas vai até o Espírito, que considera como causa de tudo o que percebemos no plano material. Englobando na sua interpretação cosmológica a Ciência Espírita, e tendo como consequência a Religião Espírita, a Filosofia Espírita encerra em si mesma toda a doutrina."

É importante ressaltar ainda que, quem quer que acredite haver em si alguma coisa mais do que os elementos integrantes do universo natural - matéria e radiação - acreditando assim em quaisquer entidades transcendentais ao universo tangível é, por definição, espiritualista, independente de sua religião, sendo, portanto, o espiritualismo enquanto oposição ao materialismo, o pilar fundamental da maioria das doutrinas religiosas. No caso do espiritismo, a principal diferença entre esta doutrina e a maioria das demais religiões é sua crença na possibilidade de comunicação entre o mundo corporal e o mundo espiritual, contudo, a fé nesta possibilidade de comunicação gera grande confusão por parte dos leigos entre a doutrina espírita e as religiões afro-brasileiras, contudo, cada uma delas possui origens completamente distintas umas das outras.

Allan Kardec, em "Obras Póstumas", propõe que o espiritismo seja uma doutrina natural, passível de ser interpretada ou não como religião pelos homens, isto é, capaz de colocar o homem – ou o espírito – diretamente em relação com Deus

Nova Era

O movimento New Age (em português, Nova Era) tem, como característica, uma fusão de ensinamentos metafísicos, vivências espiritualistas, animistas e paracientíficas, com uma proposta de um novo modelo de consciência moral, psicológica e social. Propõe uma integração, uma simbiose com o meio envolvente, com a Natureza, o Cosmo e todas suas multidimensões (observa-se, pela vivência da projeção da consciência, a existência de muitas dimensões além da dimensão física experimentada pelo corpo biológico humano). Tem, muitas vezes, como base, um caráter liberal e de oposição à ortodoxia e o conservadorismo das religiões organizadas.

O início do movimento é, geralmente, identificado nas décadas de 1960 e 1970, tendo, como inspiração, princípios teosóficos e escritos sincréticos do século XIX e início do século XX. Faz parte dos movimentos de contracultura da época, dos quais a música Imagine, de John Lennon, é uma marcante referência, servindo como ferramenta de contestação às religiões e tradições. Porém é importante ressaltar que nunca existiu um movimento Nova Era de forma centralizada ou com uma só organização. Nota-se também que nem todas as religiões e filosofias sincréticas ou místicas apoiam ou se identificam com movimentos da Nova Era, embora, muitas vezes, sejam rotuladas dessa forma.

Política e religião

No âmbito religioso, misturam também princípios filosóficos e místicos. Alguns instrumentos usados para esses fins são as pirâmides, filosofias orientais, energias cósmicas, cristais energéticos, amuletos, pensamentos positivos, esoterismo (cabala, horóscopo, mantra, mapa astral, Yoga, relaxamento, ecologia, aura em harmonia com o corpo, Yin Yang). Acredita-se que a humanidade, assim como todas as coisas, são UM (estão em unidade) com o Cosmo (ou Deus).

O oculto, o misterioso, o esoterismo, a astrologia, destino, medicina alternativa com filosofias, estrelas influenciando as nossas atitudes, livros de autoajuda...

Tudo isso faz parte da Nova Era. Esse movimento se sustenta em 4 pilares (Subestrutura científica, O uso de doutrinas das religiões orientais, Nova Psicologia e Astrologia). Dentro do prisma da Nova Era está a uniformização, principalmente a do sistema econômico, as leis da globalização, como percebemos em nossos dias, estão envolvidas nesse processo.

Evangelicalismo

O evangelicalismo ou cristianismo evangélico é um movimento cristão, surgido no século XVII, depois da Reforma Protestante, tornando-se uma vertente organizada com o surgimento, dos metodistas entre os anglicanos, dos puritanos entre os calvinistas, ambos na Inglaterra e dos pietistas entre os luteranos na Alemanha e Escandinávia. O movimento tornou-se ainda mais significativo nos Estados Unidos durante o Grande Despertamento dos séculos XVIII e XIX, onde conseguiu muito mais membros do que na Europa. O movimento continua a atrair adeptos em nível mundial no século XXI, especialmente no mundo em desenvolvimento. É um movimento que reúne vários sub-movimentos, como Igreja Batista, Pentecostalismo, Movimento Carismático, Cristianismo não denominacional.

O evangelicalismo desenfatura o ritual e enfatiza a piedade do indivíduo, exigindo-lhe que cumpra certos compromissos ativos, incluindo:

A necessidade de conversão pessoal ou de "renascimento";

Um grande respeito pela autoridade bíblica;

Ênfase em ensinamentos que proclamam a morte redentora e a ressurreição do Filho de Deus, Jesus Cristo;

Expressar e compartilhar ativamente o evangelho;

David Bebbington classificou estes quatro aspectos distintivos como conversionismo, biblicismo, crucicentrismo e ativismo, observando que "juntos, eles formam um quadrilátero de prioridades que é a base do evangelicalismo".

Igreja

Igreja (do grego εκκλησία [ekklesiá] através do latim ecclesia) é uma instituição religiosa cristã separada do Estado, ou uma comunidade de

fiéis ligados pela mesma fé e submetidos aos mesmos chefes espirituais. Cabe à Igreja, fazer caridade, administrar o dinheiro do dízimo, o dinheiro das ofertas, construir templos, ordenar sacerdotes, mantê-los e repassar, para seus crentes, a interpretação da Igreja sobre a Bíblia.

"Igreja" é uma palavra de origem grega escolhida pelos autores da Septuaginta (a tradução grega da Bíblia Hebraica) para traduzir o termo hebraico q(e)hal Yahveh, usado entre os judeus para designar a assembleia geral do "povo do deserto", reunida ao apelo de Moisés. Etimologicamente, a palavra grega ekklesia é composta de dois radicais gregos: ek, que significa para fora, e klesia, que significa chamados.

A Igreja é "o povo que Deus convoca e reúne de todos os confins da Terra, para constituir a assembleia daqueles que, pela fé e pelo Batismo, se tornam filhos de Deus, membros do Corpo de Cristo e templo do Espírito Santo" . Os católicos acreditam que a única Igreja fundada e encabeçada por Jesus Cristo , "como sociedade constituída e organizada no mundo, subsiste (subsistit in) na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele"]. Segundo a Tradição Católica, a Igreja está alicerçada sobre o Apóstolo Pedro, a quem Cristo prometeu o Primado, ao afirmar que "sobre esta pedra (do grego "petros") edificarei a minha Igreja" e que "dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus" (cf. Mt 16, 17-20) .

A Igreja Católica afirma ser a detentora na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação, dados por Jesus à Igreja. Tudo isto para reunir, santificar, purificar e salvar toda a humanidade e para antecipar a realização do Reino de Deus, cuja semente é necessariamente a Igreja. Por esta razão, a Igreja, guiada e protegida pelo Espírito Santo, insiste na sua missão de anunciar o Evangelho a todo o mundo, sendo aliás ordenada pelo próprio Cristo: "ide e ensinai todas as nações, batizando-as no nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19) . A Igreja, mediante os sacramentos do Batismo e da Reconciliação, tem, também, a missão e o poder de perdoar os pecados, porque o próprio Cristo lho conferiu".

No Credo niceno-constantinopolitano, são atribuídas, à Igreja, as propriedades de una, santa, católica e apostólica. Além disto, ela é, também, chamada de Esposa de Cristo , Templo do Espírito Santo] e Corpo de Cristo, sendo este último revestido de um significado importante e especial para a Igreja. Este último nome assenta na crença de que a Igreja não é apenas uma simples instituição, mas um corpo místico constituído por Jesus, que é a cabeça, e pelos fiéis, que são membros deste corpo inquebrável, através da fé e do sacramento do Batismo. Este nome é assente também na crença de que os fiéis são unidos intimamente a Cristo por meio do Espírito Santo, sobretudo no sacramento da Eucaristia.